



Relatório Anual de Informações - RAI

2024



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	2
GESTÃO E GOVERNANÇA	2
A ENTIDADE	3
CENÁRIO ECONÔMICO - FINANCEIRO	4
MASSA ABRANGIDA	6
ARRECADAÇÃO E CONTRIBUIÇÕES.....	7
BENEFÍCIOS PAGOS.....	8
DESTAQUES EM 2024.....	9
PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS - PMB.....	10
VALOR DA COTA – PLANO PMB	20
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2024	21
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	27
PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES	46
PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	49
MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO.....	50
PARECER ATUARIAL DO PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS	51

APRESENTAÇÃO

O Relatório Anual de Informações (RAI), é o instrumento que apresenta o resumo das informações sobre o demonstrativo dos Ativos e Passivos registrados no exercício de 2024, na gestão do Plano Misto de Benefícios (PMB), para divulgá-los aos participantes, assistidos e beneficiários do Plano administrado pela Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do Banco do Estado do Maranhão (CAPOF).

Este relatório está fundamentado na Resolução CNPC Nº 32, de 04 de dezembro de 2019, objetivando principalmente a informação e transparência da gestão.

GESTÃO E GOVERNANÇA

CONSELHO DELIBERATIVO

Sandra Maria Nery Araújo – Presidente
Maria Ozete Matias de Sousa Filha
Irismar do Socorro do Espírito Santo Silva

CONSELHO FISCAL

José de Ribamar Martins Junior – Presidente
Maria de Nazaré Ribeiro Campos
Augusto Cezar de Moraes Salgado

DIRETORIA EXECUTIVA

Maria de Jesus Castelo Branco Freire
Diretora Superintendente e AETQ

Andréa Ribeiro Nunes Freitas
Diretora de Seguridade

A ENTIDADE

A CAIXA DE ASSISTÊNCIA E APOSENTADORIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO ESTADO DO MARANHÃO (CAPOF), é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, patrocinada pelo Banco Bradesco S/A e pela própria Entidade.

Foi criada em 1967 com a finalidade de administrar e executar planos de benefícios de caráter previdenciário, pautados pelos seguintes propósitos:

MISSÃO

Contribuir para o bem-estar de seus Participantes, Assistidos e Beneficiários, por meio da administração de Planos de Previdência Privada, com qualidade, ética e transparência.

VISÃO

Consolidar-se como uma Instituição de excelência na administração de Planos de Previdência Privada. Tornar-se referência nacional em eficiência e inovação na administração de Planos de Previdência Privada.

VALORES

Ética: Criar relações transparentes, fundamentadas em valores éticos, como lealdade e respeito, fortalecendo a imagem institucional da Entidade perante o mercado e a sociedade.

Transparência: Primar pela segurança e clareza na divulgação das informações dirigidas aos Participantes, Assistidos e Beneficiários, deixando-os sempre esclarecidos e bem informados quanto à gestão do plano de benefícios, direitos e deveres.

Prudência: Tomar decisões fundamentadas na análise crítica das situações, processos ou problemas e na compreensão dos diversos fatores que afetam o negócio, demonstrando prudência para dimensionar, administrar, controlar e mitigar riscos.

CENÁRIO ECONÔMICO - FINANCEIRO

O ano de 2024 foi marcado por mudanças significativas no cenário econômico e político, tanto no Brasil quanto no exterior, refletindo desafios e ajustes importantes. No Brasil, o ambiente doméstico foi pautado pela resiliência da atividade econômica, mesmo diante de um quadro fiscal pressionado e de incertezas, que impactaram a percepção de risco dos investidores. O mercado de trabalho apresentou melhora contínua, com quedas na taxa de desemprego e crescimento no rendimento real dos trabalhadores, sustentando o consumo e a atividade econômica ao longo do ano.

Por outro lado, o quadro fiscal se consolidou como o maior ponto de atenção. No primeiro semestre, as despesas cresceram em ritmo mais acelerado do que as receitas, elevando o risco soberano do país e exigindo uma política monetária mais restritiva. O Governo Federal enfrentou dificuldades para cumprir as metas estabelecidas pelo arcabouço fiscal, originalmente projetadas para zerar o déficit primário em 2024. Ao propor mudanças nessas metas, incluindo adiamentos no prazo para atingir superávits, o Governo gerou reações negativas no mercado, que interpretou essas alterações como sinais de menor comprometimento com a sustentabilidade fiscal.

No segundo semestre, medidas para conter os gastos foram anunciadas, como cortes orçamentários e revisões de programas sociais, mas o impacto foi limitado. O pacote fiscal que fora divulgado em novembro, contemplando ajustes na faixa de isenção do Imposto de Renda e propostas de taxação de rendas mais altas, foi recebido com ceticismo, e as incertezas fiscais continuaram a pressionar os juros e a percepção de risco do país. A dívida pública, que se aproximou de 80% do PIB, foi impulsionada também pelo aumento dos custos de financiamento decorrente da implementação de uma política monetária contracionista e pela dificuldade de limitar o crescimento das despesas obrigatórias.

A inflação apresentou comportamento volátil ao longo do ano, com oscilações como a deflação de agosto e acelerações nos meses finais, especialmente devido às altas nos preços de alimentos e energia. Com isso, o IPCA fechou o ano em 4,83% acima do limite máximo da meta (4,50%) estabelecido pelo Conselho Monetário

Nacional. O Banco Central voltou a elevar a taxa Selic e encerrou o ano em 12,25% a.a., destacando o compromisso com a convergência da inflação à meta (3,00%), mesmo em um ambiente de desafios fiscais.

No cenário internacional, o *Federal Reserve* postergou cortes de juros no primeiro semestre, refletindo a resiliência da economia americana, sustentada por um mercado de trabalho aquecido e um consumo robusto. No segundo semestre, cortes graduais começaram a ocorrer, acompanhando o arrefecimento da inflação e uma menor pressão no mercado de trabalho. A eleição de Donald Trump em novembro trouxe otimismo a alguns setores do mercado, mas também intensificou tensões comerciais, particularmente com a China.

A zona do euro enfrentou um ambiente de recuperação econômica frágil. A inflação ficou mais controlada, permitindo ao Banco Central Europeu reduzir as taxas de juros ao longo do ano. No entanto, a atividade econômica permaneceu enfraquecida, com a indústria apresentando maiores dificuldades de retomada e o setor de serviços desempenhando papel central no crescimento modesto.

Na China, os desafios estruturais continuaram, especialmente no setor imobiliário. Apesar de estímulos econômicos, o crescimento foi moderado, com avanços no setor de alta tecnologia e no consumo em alguns momentos. As tensões comerciais com os Estados Unidos, intensificadas pela eleição de Donald Trump, adicionaram incertezas ao cenário econômico do país.

Assim, 2024 encerrou-se com um panorama de grandes desafios, tanto no Brasil quanto no exterior. Enquanto o Brasil busca equilibrar responsabilidade fiscal e crescimento econômico, o cenário internacional será moldado pelas políticas monetárias e geopolíticas em um contexto de recuperação econômica incerta e persistentes tensões globais.

Em relação ao desempenho dos investimentos, na renda fixa nacional apenas ativos mais conservadores, como CDI (10,87%) e IRF-M 1 (9,46%), apresentaram bom desempenho. Índices de mais longa duração, por outro lado, apresentaram desempenho abaixo do esperado no ano, com destaque negativo para IMA-B 5+, IMA-B e IRF-M 1+, que caíram -8,63%, -2,44% e -1,81%, respectivamente.

Na renda variável, o Ibovespa sofreu durante o ano, sendo impactado negativamente por fatores macroeconômicos e aumento de aversão a risco de investidores, acumulando queda de -10,36% em 2024. O S&P 500, por outro lado, subiu 23,31%, sendo puxado por grandes empresas de tecnologia.

Indicadores do Mercado Financeiro (%)		
	Dezembro/2024	ano
CDI	0,93	10,88
IMA-B (Ref.: IPCA)	-2,62	-2,44
IMA-B 5 (Ref.: IPCA)	-0,28	6,16
IMA-B 5 + (Ref.: IPCA)	-4,37	-8,63
IBX	-4,38	-9,71
IBOVESPA	-4,28	-10,36
DOLAR COMERCIAL	2,30	27,92
INPC	0,48	4,77
IPCA	0,52	4,83
IGP-M	0,94	6,54

MASSA ABRANGIDA

Plano Misto de Benefícios (PMB)

PARTICIPANTES		ASSISTIDOS		TOTAL	
2023	2024	2023	2024	2023	2024
39	36	371	364	410	400

ARRECAÇÃO E CONTRIBUIÇÕES

O Plano de Custeio, definido anualmente pelo Atuário responsável pelo acompanhamento do Plano e aprovado pelo Conselho Deliberativo da CAPOF, estabelece o nível de contribuição necessário à constituição das reservas garantidoras de benefícios, fundos e provisões, e à cobertura das demais despesas, em conformidade com os critérios fixados pelo órgão regulador e fiscalizador.

No ano de 2024, as Receitas Previdenciais vertidas ao Plano Misto de Benefícios (PMB), constituídas por contribuições normais dos Participantes e Patrocinadoras e as contribuições dos Assistidos, foram da ordem de **R\$ 4.143.166**.

CONTRIBUIÇÕES PMB (em R\$)		
MÊS	PARTICIPANTES / PATROCINADORA	ASSISTIDOS
JAN	42.988	266.147
FEV	41.116	291.592
MAR	44.663	277.614
ABR	43.298	277.614
MAI *	41.512	555.229
JUN	40.931	277.615
JUL	38.086	277.614
AGO	38.085	277.614
SET	40.705	275.930
OUT	40.632	275.656
NOV	42.218	275.656
DEZ **	85.942	274.707
TOTAL	540.175	3.602.991

* Contribuição Normal Assistidos + Abono Anual

** Contribuição Participantes e Patrocinadora + 13º salário

No ano de 2024, as receitas para Equacionamento do Déficit Técnico (Assistidos) e Instrumento de Consolidação e Confissão de Dívida (Patrocinador) do Plano PMB, foram da ordem de **R\$ 10.423.421**.

EQUACIONAMENTO DÉFICIT - PMB e INSTRUMENTO DE CONFISSÃO DE DÍVIDA (em R\$)		
MÊS	ASSISTIDOS *	PATROCINADOR **
JAN	17.122	843.256
FEV	18.709	847.894
MAR	17.826	852.727
ABR	0	859.634
MAI	0	861.267
JUN	0	864.454
JUL	0	868.430
AGO	0	870.601
SET	0	872.865
OUT	0	871.643
NOV	0	875.827
DEZ	0	881.169
TOTAL	53.657	10.369.764

* Equacionamento de Déficit

** Instrumento de Consolidação e Confissão de Dívida

BENEFÍCIOS PAGOS

No ano de 2024, as despesas previdenciárias que correspondem aos recursos utilizados para pagamentos dos Benefícios de Aposentadorias, Pensões, Auxílios, Pecúlios e Resgates do Plano PMB, foram da ordem de **R\$ 27.484.351**.

APOSENTADORIAS, PENSÕES, PECÚLIOS E RESGATES (em R\$)	
	PMB
JAN	1.901.052
FEV *	2.082.802
MAR	2.759.342
ABR	1.982.961
MAI **	3.965.923
JUN	1.982.961
JUL	2.608.131
AGO	1.982.961
SET	2.017.345
OUT	1.968.974
NOV	1.968.974
DEZ	2.262.925
TOTAL	27.484.351

* Folha Normal + Dif Reajuste

**Folha Normal + Abono Anual

DESTAQUES EM 2024

XVIII SERAP – Semana de Recadastramento de Assistidos e Participantes

Durante o ano de 2024 o Recadastramento Anual da CAPOF manteve a estratégia de envio bimestral das fichas de recadastramento, em conformidade com a data de aniversário dos Participantes e Assistidos.

A XVIII SERAP – Semana de Recadastramento de Assistidos e Participantes foi realizada de 10 a 14/06/2024, onde durante esse período, foram intensificadas as ações que visam a atualização dos dados cadastrais, com as fichas recepcionadas na Entidade, e através de whatsapp e e-mail. Em novembro de 2024, foi alcançada a meta de 100% de Participantes e Assistidos recadastrados, repetindo o feito de 2023 e 2022.

XIV ENPAC - Encontro de Participantes e Assistidos da CAPOF

O Encontro de Participantes e Assistidos da CAPOF (ENPAC), tem objetivo de promover a integração dos Participantes e Assistidos com a Entidade, gerar oportunidade para reunir antigos colegas de trabalho e estimular novas amizades.

No ano de 2024 o XIV ENPAC não foi realizado, pois mesmo com o fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional, não foi decretada oficialmente, o fim da pandemia.

Recebimento do Selo de Engajamento da Abrapp – Categoria Ouro

Em 01/10/2024, durante webinar realizado pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (ABRAPP), a CAPOF recebeu o Selo Nacional de Engajamento 2024 na categoria Ouro, como o time mais engajado e comprometido do Brasil no mercado de previdência privada em seu segmento.

O Selo de Engajamento é um programa que nasceu em 2021 por iniciativa do Comitê de Gestão de Pessoas da Abrapp e tem o objetivo de incentivar o maior engajamento dos colaboradores e equipes para enfrentar os desafios impostos pelo cenário atual de mudanças aceleradas.

A quarta edição do programa Selo de Engajamento contou com 73 Entidades participantes. A pesquisa foi realizada em 2024, conduzida pela consultoria Numera. O Selo é um reconhecimento às entidades que possuem um ambiente de trabalho produtivo e colaborativo com suas equipes e visa promover nas entidades um momento para a autoavaliação, ajudá-las a identificar as melhores práticas do mercado.

PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS - PMB

DESEMPENHO DE INVESTIMENTO

Ao final de 2024, os investimentos do Plano PMB atingiram montante de R\$ 296.072 mil que, em comparação a dezembro/2023 (R\$ 285.331 mil), registraram incremento de 3,76%. Os recursos do Plano foram alocados nos seguintes segmentos:

RENTA FIXA

A participação do segmento subiu de 89,78% em dezembro/2023 para 93,53% em dezembro/2024, atingindo montante no valor de R\$ 276.914 mil que, em relação dezembro/2023 (R\$ 255.703 mil) teve crescimento de 8,30%.

Tal elevação foi impulsionada, principalmente, pela aplicação de recursos provenientes do segmento renda variável, para aquisição de Títulos NTN-B na curva, conforme especificada na tabela abaixo:

TIPO	Data		Tx % a.a.	Índice	Valor
	Aplicação	Vencimento			
NTN-B	12/12/2024	15/05/2033	6,97%	IPCA	5.206.577,84
NTN-B	12/12/2024	15/08/2032	7,06%	IPCA	5.141.774,11

A carteira Própria (Renda Fixa) do Plano PMB possui em provisão, Ativo Debêntures, com estimativa de perda no valor de R\$ 410 mil, representando 0,14% da carteira de ativos do Plano.

Este ativo alocado na carteira própria, foi devido ao encerramento do Fundo Exclusivo Quality, em 04/07/2016, ocasião em que referido ativo não foi possível de

liquidação, sendo transferido para a carteira própria do Plano, e com possibilidade de recuperação ao longo do vencimento, em 2029 e 2038, conforme tratativas com a Empresa ATMA Participações emissora do ativo.

RENTA VARIÁVEL

A participação da renda variável caiu de 7,65% em dezembro/2023 para 4,27% em dezembro/2024, passando de (R\$ 21.819 mil) para R\$ 12.628, respectivamente, sofrendo redução de -42,12%.

A redução foi em decorrência do resgate de R\$ 2.550 mil do Bradesco FIA Dividendos e do resgate total de R\$ 4.488 mil do SHARP Ibovespa Ativo FIA, recursos estes realocados no segmento renda fixa com aquisição de Títulos NTN-B (2032 e 2033), na categoria até o vencimento.

Vale ressaltar que a movimentação destes recursos entre segmentos foi efetivada em conformidade com recomendação do estudo de ALM realizado para o Plano PMB, em setembro de 2024 e aprovado pelo Conselho Deliberativo da CAPOF.

EMPRÉSTIMO

O segmento, ao final de dezembro/2024 teve participação de 2,21%, atingindo valor de R\$ 6.530 mil, sofrendo ligeira redução de -0,60% em relação a dezembro/2023 (R\$ 6.569 mil). A carteira encerrou o ano com 235 contratos, registrando inadimplência zero.

PRECATÓRIO

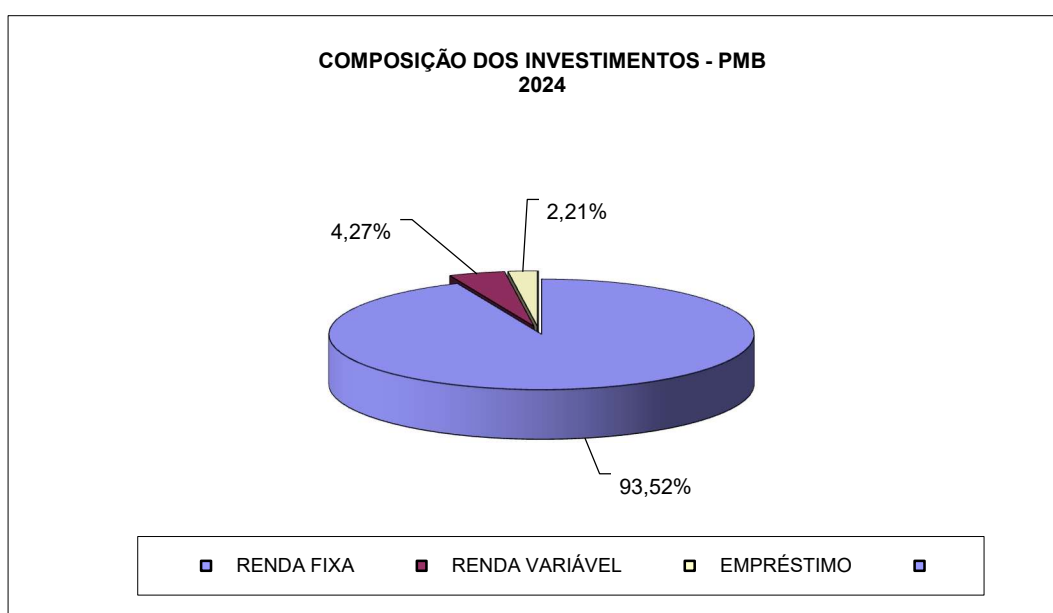
O Precatário recebido pela CAPOF, em 01/04/2022 via judicial, através da Abrapp, originado pelas Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFND), adquiridas compulsoriamente pelas EFPCs, vinculadas ao setor Público, em 31/12/1986, vencidas e não pagas pelo Governo Federal.

No entanto, em 23/02/2024 o Plano recebeu o Título Precatário Federal das Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFND), no valor atualizado de R\$ 1.254.426,83, o qual foi aplicado em renda fixa.

A seguir, tabela e gráfico com demonstração dos investimentos do Plano, por segmentos:

Valores em R\$

SEGMENTO	DEZ 2023	%	DEZ 2024	%	Var. %
Renda Fixa	255.703.096	89,62	276.914.316	93,53	8,30
Renda Variável	21.818.820	7,65	12.627.807	4,27	-42,12
Empréstimo	6.569.164	2,30	6.530.074	2,21	-0,60
Precatório	1.240.263	0,43	-	-	-
TOTAL	285.331.343	100	296.072.197	100	3,76



APLICAÇÃO POR TIPO DE ATIVO

Em dezembro de 2024 o Plano apresentou 93,53% de recursos aplicados em Títulos Públicos, com 87,92% em NTN-B marcados na curva, 0,41% NTN-B marcados a mercado e 5,21% em LTN Over. Em Fundo de Renda Variável aplicou 4,27% e em Operações de Empréstimos com Participantes 2,21%. Possui ainda, 0,14% aplicado em Debêntures que estão em provisão de perdas.

A acentuada concentração de recurso aplicado em títulos NTN-B, marcados na curva está de acordo com as diretrizes estabelecidas no estudo de ALM (Asset Liability Management) do Plano para o ano de 2024.

A seguir, demonstração das aplicações por cada tipo de ativo.

ATIVOS	Valor R\$	%
NTN-B - Mercado Mercado	1.219.460	0,41
NTN-B - Mercado Curva	260.306.550	87,92
LTN-OVER	15.424.404	5,21
DEBÊNTURES	410.178	0,14
(-) Provisão para Perda	-410.178	-0,14
FUNDO RENDA VARIÁVEL	12.627.807	4,27
OPERAÇÕES C/ PARTICIPANTES	6.530.074	2,21
Contas a Pagar/Receber	-37.098	-0,01
Tesouraria	1.000	0,00
TOTAL	296.072.197	100,00

TIPO DE GESTÃO

Em dezembro de 2024, o Plano possuía 97,79% de recursos sob gestão terceirizada, no valor de R\$ 289.542 mil, diversificados conforme demonstrados na tabela abaixo, tendo 93,53% aplicado no Fundo de Investimento Exclusivo Bradesco Azulejos, com 94,00% alocado em títulos NTN-B marcados na curva, 0,44% marcados a mercado e 5,57% em LTN-OVER, e com 4,27% aplicado em Fundos de Renda Variável. O restante dos recursos, 2,21% encontra-se em carteira própria alocado em operações de empréstimos.

INVESTIMENTO POR GESTOR	Valor R\$	% s/ TI
BRDESCO ASSET MANAGEMENT	279.871.703	94,53
Bradesco FI Multimercado Capof Azulejos	276.914.316	93,53
Bradesco FIA Dividendos	2.957.387	1,00
FINACAP INVESTIMENTOS LTDA	6.681.581	2,26
Finacap Mauritssatad FIA	6.681.581	2,26
IBIUNA GESTÃO DE RECURSOS LTDA	2.988.840	1,01
Ibiuna Equities 30 FIC FIA	2.988.840	1,01
TOTAL INVEST. TERCEIRIZADO	289.542.123	97,79
TOTAL INVESTIMENTOS	296.072.197	-

% s/ TI = Percentual em relação ao Total dos Investimentos do PMB

Toda a movimentação dos recursos dos Fundos (aplicação, resgate e liquidação) é realizada através dos serviços de custódia do Banco Bradesco S/A.

LIMITES DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO PLANO (EXERCÍCIO 2025)

Na aplicação dos recursos, o Plano PMB observará os limites consignados nas tabelas abaixo:

Limite de alocação por segmento

ART.	INCISO	ALÍNEA	MODALIDADES DE INVESTIMENTO	LIMITES	
				LEGAL	PI
21	-	-	Renda Fixa	100%	100%
	I	a	Títulos da dívida pública mobiliária federal interna	100%	100%
		b	ETF renda fixa composto títulos da dívida pública mobiliária federal interna		100%
	II	a	Ativos financeiros de renda fixa de emissão com obrigação ou coobrigação de instituições financeiras bancárias	80%	50%
		b	Ativos financeiros de renda fixa de emissão de sociedade por ações de capital aberto, incluídas as companhias securitizadoras		50%
		c	ETF Renda Fixa		50%
	III	a	Títulos das dívidas públicas mobiliárias estaduais e municipais	20%	15%
		b	Obrigações de organismos multilaterais emitidas no País		15%
		c	Ativos financeiros de renda fixa de emissão, com obrigação ou coobrigação, de instituições financeiras não bancárias e de cooperativas de crédito, bancária ou não bancárias		15%
		d	Debêntures emitidas por sociedade por ações de capital fechado nos termos do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011		15%
		e	FIDC e FICFIDC, CCB e CCCB		15%
		f	CPR, CDCA, CRA e WA		15%
22	-	-	Renda Variável	70%	20%
	I	-	Segmento Especial de Listagem: Ações, bônus, recibos, certificados de depósito + ETF de sociedade de capital aberto admitidas à negociação em segmento especial que assegure práticas diferenciadas de governança	70%	20%
	II	-	Segmento não Especial: Ações, bônus, recibos, certificados de depósito + ETF de sociedade de capital aberto	50%	20%
	III	-	<i>Brazilian Depositary Receipts</i> – BDR classificados como nível II e III, BDR de ETF e ETF exterior	10%	10%
	IV	-	Certificados representativos de ouro físico no padrão negociado em bolsa de mercadorias e de futuros	3%	3%
23	-	-	Estruturado	20%	10%
	I	a	FIP (cotas de fundos de investimento em participações)	15%	1%

	I	b	FIM (cotas de fundos de investimento classificados como multimercado) e FICFIM (cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento classificados como multimercado)	15%	10%
	I	c	FAMA (cotas de fundos de investimento classificados como “Ações – Mercado de Acesso”)	15%	10%
	II	-	COE (Certificados de Operações Estruturadas)	10%	10%
24	-	-	Imobiliário	20%	15%
	I	-	FII (cotas de fundos de investimento imobiliário (FII) e FICFII (cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento imobiliário))	20%	1%
	II	-	CRI (certificados de recebíveis imobiliários)		15%
	III	-	CCI (cédulas de crédito imobiliário)		15%
	-	-	Estoque imobiliários		-
25	-	-	Operações com Participantes	15%	15%
	I	-	Empréstimos pessoais concedidos com recursos do plano de benefícios aos seus participantes e assistidos	15%	15%
	II	-	Financiamentos imobiliários concedidos com recursos do plano de benefícios aos seus participantes e assistidos		0%
26	-	-	Exterior	10%	5%
	I	-	FI e FICFI classificados como “Renda Fixa – Dívida Externa”	10%	5%
	II	-	FI e FICFI com o sufixo “Investimento no Exterior” – 67%		5%
	II	-	FI e FICFI com o sufixo “Investimento no Exterior”		5%
	IV	-	<i>Brazilian Depositary Receipts</i> – BDR classificados como nível I e FIA - BDR nível I (cotas dos fundos da classe “Ações – BDR Nível I”)		5%
	V	-	Outros ativos financeiros no exterior pertencentes às carteiras dos fundos constituídos no Brasil, que não estejam previstos nos incisos anteriores		5%

Fonte: Política de Investimentos 2024

Alocação por emissor

ART.	INCISO	ALÍNEA	LIMITES DE ALOCAÇÃO POR EMISSOR	LIMITES	
				LEGAL	PI
27	I	-	Tesouro Nacional	100%	100%
	II	-	Instituição financeira bancária autorizada a funcionar pelo Bacen	20%	20%
	III	-	Demais Emissores	10%	10%

Fonte: Política de Investimentos 2024

Limite restritivo de alocação por emissor (caso de emissor-patrocinador)

ART.	INCISO	ALÍNEA	LIMITES DE ALOCAÇÃO POR EMISSOR	LIMITES	
				LEGAL	PI
27	§ 4º	-	Patrocinador e demais empresas ligadas ao grupo econômico da patrocinadora	10%	10%

Fonte: Política de Investimentos 2024

Concentração por emissor

ART.	INCISO	ALÍNEA	LIMITES DE CONCENTRAÇÃO POR EMISSOR	LIMITES	
				LEGAL	EFPC
28	I	a	Instituição financeira (bancária, não bancárias e cooperativas de crédito autorizada pelo BACEN)	25%	25%
		b	FIDC e FIC-FIDC*	25%	25%
		c	ETF, negociado em bolsa, referenciado em índices de Renda Fixa, Renda Variável ou Exterior	25%	25%
		d	FI classificado no segmento estruturado, FICFI classificado no segmento estruturado*, FIP	25%	25%
		e	FII e FIC-FII*	25%	25%
		f	FI constituídos no Brasil de que tratam os incisos III e IV do art. 26 e FIC-FI constituídos no Brasil de que tratam os incisos III e IV do art. 26*	25%	25%
	II	-	Patrimônio separado constituído nas emissões de certificado de recebíveis com a adoção de regime fiduciário	25%	25%
	III	a	Fundo de investimento constituído no exterior de que trata o inciso II do art. 26	15%	15%
		b	Do emissor listado na alínea “d” do inciso III do art. 21	15%	15%
	-	§1º	De uma mesma série de títulos ou valores mobiliários de renda fixa.	25%	25%
	-	§2º	De uma mesma classe de cotas FIDC.	25%	25%
	-	§6º	Quantidade de ações que representem capital total e capital votante de uma mesma companhia aberta	25%	25%

DESEMPENHO RENTABILIDADE

O Plano encerrou o ano de 2024, com rentabilidade de 9,56%, superando em 1,27% o indicador de referência definido na Política de Investimento do Plano,

IPCA + 4,40% a.a., que foi de 9,44%. Contribuiu para esse desempenho, o resultado do segmento renda fixa.

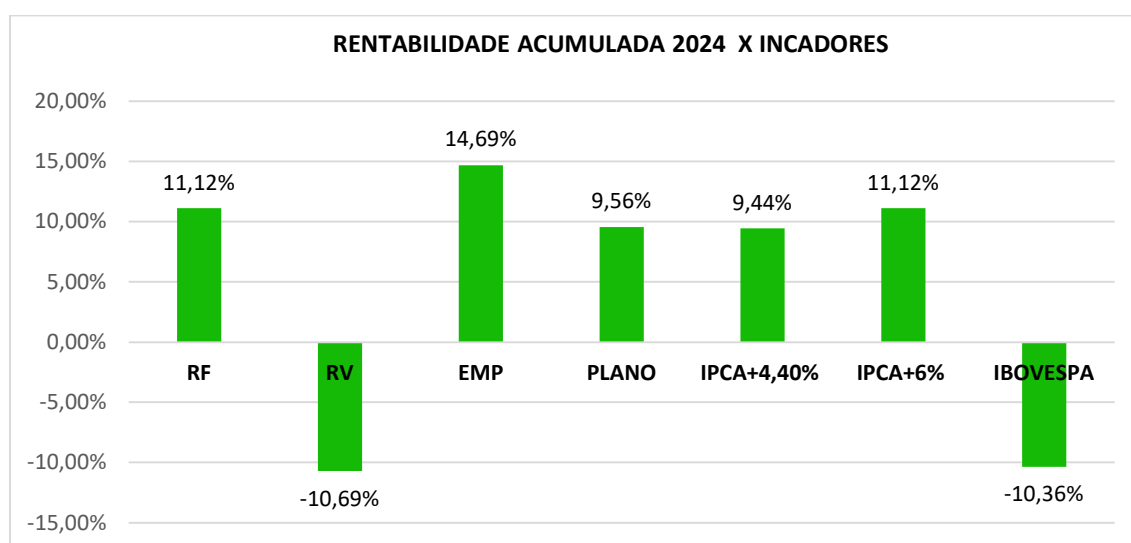
O segmento renda fixa fechou o ano apresentando rentabilidade de 11,12% acima do benchmark estabelecido na Política de Investimento (IPCA + 4,40% a.a), 9,44%.

O segmento renda variável do Plano, finalizou o ano com resultado negativo de -10,69% seguindo o benchmark Ibovespa, que foi negativo de -10,36%.

O segmento empréstimo ao final do ano de 2024 registrou rentabilidade de 14,69%, acima do indicador de referência (IPCA + 6% a.a.), 11,12%.

A seguir, tabela e gráfico com as rentabilidades do Plano por segmento comparadas com os indicadores de referência estabelecidos na Política de Investimento do Plano.

SEGMENTO	RENTABILIDADE (%)
RENDA FIXA	11,12
RENDA VARIÁVEL	-10,69
EMPRÉSTIMO	14,69
TOTAL	9,56
BENCHMARK (%)	
PLANO (IPCA + 4,40% a.a.)	9,44
RF (IPCA + 4,40% a.a.)	9,44
RV (IBOVESPA)	-10,36
EMPREST. (IPCA+6% a.a)	11,12



DESPESAS

As despesas demonstradas abaixo expressam os custos mais relevantes incorridos com a administração e a gestão dos recursos do Plano, apuradas com base no custeio administrativo do Plano.

Estas despesas, no decorrer do exercício de 2024, totalizaram valor de R\$ 3.375 mil.

Deste valor total, 22,65% constitui despesas relacionadas com a gestão dos Fundos de Investimentos Exclusivo e Abertos, deduzidas diretamente das carteiras, no valor de R\$ 765 mil. Enquanto 77,35% corresponde as despesas administrativas mais representativas, no valor de R\$ 2.611 mil.

DESPESAS	Valor (R\$)	%
DESPESAS COM INVESTIMENTO	764.526	22,65
Taxa de Administração	567.375	16,81
Custódia	65.124	1,93
Auditoria	14.212	0,42
Taxa Anbima	4.416	0,13
Taxa Fiscalização CVM	30.358	0,90
Taxa Selic	9.966	0,30
Taxa Cetip	72.977	2,16
Outras Despesas	98	0,00
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	2.610.872	77,35
Pessoal e Encargos	1.930.848	57,20
Serviços de Tecnologia	253.560	7,51
Consultoria Atuarial	127.811	3,79
Auditoria Externa Contábil	46.200	1,37
Consultoria Jurídica	123.286	3,65
Consultoria Financeira	86.108	2,55
Consultoria de Risco	19.560	0,58
Consultoria para o Conselho Fiscal	23.500	0,70
TOTAL	3.375.398	100,00

Fonte: Custódia Banco Bradesco e Balancete CAPOF

RISCOS RELACIONADOS À SUSTENTABILIDADE

Foi estabelecido na Política do Plano, que os princípios relacionados à sustentabilidade podem ser monitorados através dos fatores ESG (*Environment, Social & Governance*), os quais designam as dimensões não financeiras associadas à sustentabilidade que devem ser utilizadas na análise de investimentos, abrangendo os componentes ambientais, sociais e de governança.

As dimensões ambiental, social e de governança podem considerar, entre outros aspectos, os seguintes elementos:

- Impacto ambiental das empresas e dos seus investimentos;
- Esforços para conservar e gerir os recursos naturais;
- Respeito pelos direitos humanos;
- Internalização dos impactos ambientais e sociais na esfera empresarial.

As três principais estratégias em termos de Investimento Responsável que incorporam critérios ASG são:

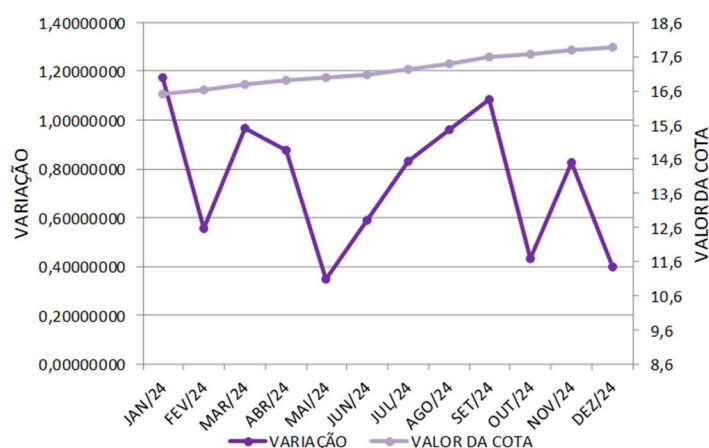
- Integração – mediante a agregação de critérios socioambientais e de governança aos tradicionais e indispensáveis critérios de desempenho econômico-financeiro;
- Avaliação dos melhores desempenhos em termos socioambientais e de governança dentro de determinado setor econômico (*best-in-class*) – estratégia que leva em conta a conduta específica de cada empresa, considerando-se o mercado específico em que ela atua;
- Filtragem – a filtragem pode ser positiva, quando a alocação de recursos a determinados setores é privilegiada por sua contribuição positiva para o desenvolvimento sustentável ou negativa, quando determinados setores são excluídos por sua natureza controversa em relação a aspectos ASG.

A fim de avaliar o impacto desses temas em sua carteira de investimentos, a CAPOF monitorará os seus gestores de investimentos no que tange ao processo de incorporação de análises relacionadas ao tema de ESG na construção dos portfólios dos seus gestores.

VALOR DA COTA – PLANO PMB

“A cota é a unidade monetária que comanda a escrituração e as movimentações, financeiras ou não, dos Fundos existentes na estrutura do PMB, inclusive entre eles, bem como, entradas e saídas de recursos relativos ao pagamento de benefícios (venda de cotas) ou recebimento de contribuições (compra de cotas), dentre outros movimentos que possam envolver os recursos patrimoniais vinculados ao Plano, na forma de seu Regulamento e módulo operacional da CAPOF”¹.

O valor da Cota do Plano Misto de Benefícios – PMB, válida para dezembro de 2024, foi de **R\$ 17,868495** e a valorização de **0,40097537%**.



A variação da Cota obtida em 2024 foi de **9,42%**.

	Valor da Cota (R\$)	Variação (%)
DEZ/2023	16,329663	1,3564778
JAN/2024	16,521012	1,1717884
FEV	16,613229	0,5581772
MAR	16,773850	0,9668312
ABR	16,921285	0,8789526
MAI	16,980439	0,3495859
JUN	17,080531	0,5894528
JUL	17,222478	0,8310476
AGO	17,387878	0,9603733
SET	17,576170	1,0828935
OUT	17,651875	0,4307261
NOV	17,797132	0,8228981
DEZ/2024	17,868495	0,40097537

¹ Fonte: Definição transcrita da Manifestação Atuarial – GAMA Consultores Associados (2008).

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2024



CAIXA DE ASSISTENCIA E APOSENT. DOS FUNC DO BEM

Balanco Patrimonial de 12/2024

25/03/2025

08:47

1

Patrocinadora: Consolidado

Plano: Consolidado

ATIVO	Ex. Atual (Mil)	Ex. Anterior (Mil)	PASSIVO	Ex. Atual (Mil)	Ex. Anterior (Mil)
DISPONÍVEL	77 D	85 D	EXIGÍVEL OPERACIONAL	521 C	367 C
REALIZÁVEL	308.617 D	306.592 D	GESTÃO PREVIDENCIAL	250 C	195 C
GESTÃO PREVIDENCIAL	7.308 D	16.405 D	GESTÃO ADMINISTRATIVA	261 C	259 C
GESTÃO ADMINISTRATIVA	467 D	318 D	INVESTIMENTOS	2 C	3 C
INVESTIMENTOS	300.841 D	289.868 D	OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	2 C	3 C
RENTA VARIÁVEL	0	0	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	2.274 C	2.001 C
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	294.311 D	282.059 D	GESTÃO PREVIDENCIAL	1.903 C	1.686 C
OPERAÇÕES COM	6.539 D	6.569 D	GESTÃO ADMINISTRATIVA	371 C	316 C
RECURSOS A RECEBER -	0	1.240 D	PATRIMÔNIO SOCIAL	305.963 C	304.377 C
IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	64 D	69 D	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	299.500 C	298.465 C
IMOBILIZADO	62 D	65 D	PROVISÕES MATEMÁTICAS	279.896 C	283.122 C
INTANGÍVEL	3 D	4 D	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	261.951 C	285.462 C
			BENEFÍCIOS A CONCEDER	17.946 C	17.660 C
			(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A	0	0
			EQUILÍBRIO TÉCNICO	19.603 C	15.342 C
			RESULTADOS REALIZADOS	19.603 C	15.342 C
			SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	19.003 C	15.342 C
			FUNDOS	6.463 C	5.913 C
			FUNDOS PREVIDENCIAIS	48 C	48 C
			FUNDOS ADMINISTRATIVOS	4.604 C	4.369 C
			FUNDOS PARA GAR OP. COM	1.731 C	1.496 C
TOTAL DO ATIVO	308.758 D	306.745 D	TOTAL DO PASSIVO	308.758 C	306.745 C

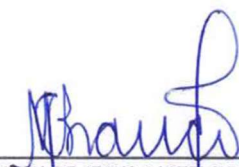
MARIA DE JESUS CASTELO BRANCO FREIRE
DIRETORA SUPERINTENDENTE

MÁRCIA ANDRÉA DA C. LAGES T. DA SILVA
TÉC. CONTABILIDADE - CRC/MA - 5605-O CPF: 329.779.803-34

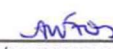
ANDRÉA RIBEIRO NUNES FREITAS
DIRETORA DE SEGURIDADE

Patrocinadora: CAPOF Plano(s): Consolidado

DESCRI�O	Exercício Atual (Mil)	Exercício Anterior (Mil)	Vari�o (%)
A) Patrimônio Social - In�cio do exercício	304.377	299.493	2
1. Adições	32.142	38.385	-16
(+) Contribuições Previdenciais	3.002	3.737	-20
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - G. Prev.	25.745	31.269	-18
(+) Receitas Administrativas	2.960	2.843	4
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - G. Adm.	435	536	-19
2. Destinações	-30.557	-33.500	-9
(-) Benefícios	-25.836	-28.050	-8
(-) Portabilidade / Resgates	-1.654	-2.637	-37
(-) Constituição de Contingências - G. Prev.	-218	-129	69
(-) Despesas Administrativas	-3.024	-2.858	6
(-) Constituição de Contingências - G. Adm.	-55	-81	-31
(-) Reversão de Fundos de Investimento	235	287	-18
(-) Outras Deduções	-4	-33	-87
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	1.586	4.884	-68
(+/-) Provisões Matemáticas	-3.226	-3.102	4
(+/-) Superávit/Déficit Técnico do Exercício	4.261	7.259	-41
(+/-) Fundos Administrativos	316	440	-28
(+/-) Fundo p Garant. Operac�o Partic.	235	287	-18
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3+4)	305.963	304.377	1


 M RIA DE JESUS CASTELO BRANCO FREIRE
 DIRETORA SUPERINTENDENTE


 MÁRCIA ANDRÉA DA C LAGES T. DA SILVA
 T C. CONTABILIDADE CRC/MA - 5605-O CPF: 329.779.803-34

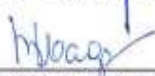

 ANDRÉA RIBEIRO NUNES FREITAS
 DIRETORA DE SEGURIDADE

Patrocinadora: CAPOF

Plano(s): Consolidado

DESCRIÇÃO	Exercício Atual (Mil)	Exercício Anterior (Mil)	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	4.369	3.929	11
1. Custeio da Gestão Administrativa	3.395	3.378	1
1.1. Receitas	3.395	3.378	1
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	2.175	2.450	-11
Custeio Administrativo dos Investimentos	279	14	1.871
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	87	73	20
Receitas Diretas	419	306	37
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	435	536	-19
2. Despesas Administrativas	-3.024	-2.858	6
2.1. Administração Previdencial	-3.024	-2.858	6
Pessoal e Encargos	-1.931	-1.852	4
Treinamento/congressos e seminários	-19	-23	-17
Viagens e estadas	-5	-35	-87
Serviços de terceiros	-783	-690	14
Despesas gerais	-267	-233	15
Depreciações e amortizações	-20	-24	-19
3. Constituição/Reversão de Contingência	-55	-81	-31
6. Sobre/insuficiência da Ges.Administrativa (1-2-3-4-	-316	-440	-28
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5+6)	4.684	4.369	7


 MARIA DE JESUS CASTELO BRANCO FREIRE
 DIRETORA SUPERINTENDENTE


 MÁRCIA ANDRÉA DA C. LAGES T. DA SILVA
 T. CONTABILIDADE CRC/MA - 5805-O CPF: 329.779.803-34


 ANDRÉA RIBEIRO NUNES FREITAS
 DIRETORA DE SEGURIDADE



CAIXA DE ASSISTENCIA E APOSENT. DOS FUNC DO BEM

Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios

Data: 25/03/2025

Hora: 10:13

Referência: JAN a DEZ/2024

Patrocinadora: CAPOF Plano(s): 02-Plano Misto de Benefício;

DESCRIÇÃO	Exercício Atual (Mil)	Exercício Anterior (Mil)	Variação (%)
1.Ativos	308.126	306.170	1
Disponível	61	65	-6
Recebível	11.993	20.774	-42
Investimento	296.072	285.331	4
Fundos de Investimento	289.542	277.522	4
Empréstimos e Financiamento	6.530	6.569	-1
Recursos a Receber - Precatórios	0	1.240	-100
2.Obrigações	2.163	1.793	21
Operacional	260	108	142
Contingencial	1.903	1.686	13
3.Fundos não Previdenciais	6.415	5.865	9
Fundos Administrativos	4.684	4.369	7
Fundos para Garantia das operações com participantes	1.731	1.496	16
5.Ativo Líquido (1-2-3-4)	299.547	298.512	0
Provisões Matemáticas	279.896	283.122	-1
Superávit/Déficit Técnico	19.603	15.342	28
Fundos Previdenciais	48	48	0
6.Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	23.354	17.225	36
(a) Equilíbrio Técnico	19.603	15.342	28
(b) (+/-) Ajuste de Precificação	3.751	1.883	99
(c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	23.354	17.225	36

MARIA DE JESUS CASTELO BRANCO FREIRE
DIRETORA SUPERINTENDENTE

MÁRCIA ANDRÉA DA C LAGES T. DA SILVA

TÉC. CONTABILIDADE CRC/MA - 5605-O CPF: 329.779.803-34

ANDRÉA RIBEIRO NUNES FREITAS
DIRETORA DE SEGURIDADE



CAIXA DE ASSISTENCIA E APOSENT. DOS FUNC DO BEM
Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios

Data: 25/03/2025
Hora: 10:14

Referência: JAN a DEZ/2024

Patrocinadora: CAPOF Plano(s): 02-Plano Misto de Benefício;

DESCRI�O	Exercício Atual (Mil)	Exercício Anterior (Mil)	Varição (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	298.512	277.895	7
1.Ad���es	30.922	37.456	-17
(+) Contribuições	5.177	6.187	-16
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos -	25.745	31.269	-18
2.Destinações	-29.887	-33.300	-10
(-) Benefícios	-27.495	-30.721	-11
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão	-218	-129	69
(-) Custeio Administrativo	-2.175	-2.450	-11
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	1.035	4.157	-75
(+/-) Provisões Matemáticas	-3.226	-3.102	4
(+/-) Super�v�lt/D�f�cit Técnico do Exercício	4.261	7.259	-41
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	299.547	298.512	0
C) Fundos não previdenciais	-235	-287	-18
(+/-) Fundos para Garantia das operações	-235	-287	-18


MARIA DE JESUS CASTELO BRANCO FREIRE
DIRETORA SUPERINTENDENTE


MÁRCIA ANDRÉA DA C. LAGES T. DA SILVA
T C. CONTABILIDADE CRC/MA - 5605-O CPF: 329.779.803-34


ANDRÉA RIBEIRO NUNES FREITAS
DIRETORA DE SEGURIDADE

Referência: JAN a DEZ/2024

Patrocinadora: CAPOF Plano(s): 02-Plano Misto de Benefício;

DESCRIÇÃO	Exercício Atual (Mil)	Exercício Anterior (Mil)	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	303.442	301.802	1
1. Provisões Matemáticas	279.896	283.122	-1
1.1. Benefícios Concedidos	261.951	265.462	-1
Benefício Definido	261.951	265.462	-1
1.2. Benefício a Conceder	17.946	17.660	2
Contribuição Definida	17.755	17.499	1
Saldo de contas - parc. patrocinador(es)/instituidor(es)	8.936	8.786	2
Saldo de Contas - parcela participantes Benefício	8.820	8.713	1
Benefício Definido	190	161	18
2. Equilíbrio Técnico	19.603	15.342	28
2.1. Resultados Realizados	19.603	15.342	28
Superávit técnico acumulado	19.603	15.342	28
Reserva de contingência	19.603	15.342	28
3. Fundos	1.779	1.544	15
3.1. Fundos Previdenciais	48	48	0
3.2. Fundo de Garantia de Operações com Participantes	1.731	1.496	16
4. Exigível Operacional	260	108	142
4.1. Gestão Previdencial	258	105	145
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	2	3	-23
5. Exigível Contingencial	1.903	1.686	13
5.1 Gestão Previdencial	1.903	1.686	13


MARIA DE JESUS CASTELO BRANCO FREIRE
DIRETORA SUPERINTENDENTE


ANDRÉA RIBEIRO NUNES FREITAS
DIRETORA DE SEGURIDADE


MÁRCIA ANDRÉA DA CAGES T. DA SILVA
TÉC. CONTABILIDADE CRC/MA - 5605-O CPF: 329.779.803-34

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

CAPOF - CAIXA DE ASSISTÊNCIA E APOSENTADORIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO ESTADO DO MARANHÃO – BEM.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(Em milhares de reais - R\$ mil ou de outra forma, conforme indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CAPOF - Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do Banco do Estado do Maranhão ("CAPOF" ou "Entidade" ou "Fundação") é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), sem fins lucrativos, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, patrocinada pelo Banco Bradesco S.A. e pela própria Fundação, constituída em conformidade com a Lei Complementar nº 109/01, autorizada a funcionar por prazo indeterminado.

A CAPOF administra e opera o Plano PMB, e o Plano de Gestão Administrativa (PGA):

O Plano Misto de Benefícios (PMB), patrocinado pelo Banco Bradesco S.A. e pela CAPOF, é um Plano com características de "Contribuição Variável", aprovado em 8 de janeiro de 1999, registrado sob o Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB) nº 1999.0041-83, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) nº 048.307.064/0001-66, vedado para novas adesões, com a última alteração regulamentar ocorrida e aprovada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), conforme Portaria PREVIC/DILIC nº 1.164, de 10 de novembro de 2022, publicada no Diário Oficial da União, em 16 de novembro de 2022 – página 26, seção 1.

Em 31 de dezembro de 2024, a CAPOF contava com 400 participantes e assistidos (410 em 31 de dezembro de 2023), conforme quadro demonstrativo a seguir:

Participantes	Plano PMB	
	2024	2023
Ativos	36	39
Assistidos	364	371
Total	400	410

mar

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Apresentamos as demonstrações contábeis em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das EFPCs, especificamente a Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC nº 43, de 06/08/2021; Resolução PREVIC nº 23, de 14/08/2023, que dispõem sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar; Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.272, de 22/01/2010, que aprova a NBC ITG 2001. Além dos atos normativos, foram atendidas ainda, as práticas contábeis brasileiras aplicáveis às entidades fechadas de previdência Complementar.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação das demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPCs reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observados a gestão previdencial, administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC T 19.27 e pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em três gestões distintas previdencial, administrativa e gestão de investimentos, está última que é comum às gestões previdencial e administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações.

A Entidade apresenta mensalmente, balancetes do Plano PMB e Plano PGA, além do consolidado, segregando os registros contábeis por plano, segundo a natureza e o custeio. Assim sendo, as demonstrações contábeis são apresentadas neste relatório de forma consolidada e no Plano PMB, objetivando maior transparência na real visualização da situação patrimonial e de resultado do plano de benefícios.

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos que refletem a posição em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, com base no julgamento da Administração para determinação dos valores adequados a serem registrados nas demonstrações contábeis. Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem as provisões matemáticas, calculadas atuarialmente por profissional externo, as contingências cujas probabilidades de êxito foram informadas pelos advogados que patrocinam as ações, a provisão para crédito de liquidação duvidosa, entre outros.

2.1 Consolidação das Demonstrações Contábeis

Em atendimento Resolução CNPC nº 43, de 06/08/2021 e a Resolução PREVIC nº 23, de 14/08/2023, as demonstrações contábeis devem ser apresentadas por plano e consolidadas. A consolidação é realizada utilizando o balancete auxiliar denominado operações comuns, anulando o efeito de duplicidade.

2.2. Legislação Vigente

As principais normas que regulamentam a contabilidade das EFPC são:

- a) Resolução Previc nº 23, de 14 de agosto de 2023, atualizada pela Resolução Previc



nº 25, de 15/10/2024, que estabelece procedimentos para aplicação das normas relativas às atividades desenvolvidas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar, bem como normas complementares às diretrizes do Conselho Nacional de Previdência Complementar e do Conselho Monetário Nacional.

- b) Resolução CNPC nº 61, de 11/12/2024, que dispõe sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar e sobre o registro e avaliação de títulos e valores mobiliários.
- c) Resolução CNPC nº 43, de 06/08/2021, que dispõe sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar e sobre o registro e avaliação de títulos e valores mobiliários.
- d) Resolução CNPC nº 48, de 08/12/2021, que dispõe sobre os critérios e limites para custeio das despesas administrativas pelas EFPCs.
- e) Resolução CMN nº 4.994, de 24/03/2022, que dispõe sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelas EFPCs.
- f) Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018, que dispõe sobre a apuração do resultado na destinação e utilização de superávit e no equacionamento de déficit.
- g) Resolução CFC nº 1.272, de 22/01/2010, que aprova a NBC TE 11- Entidade Fechada de Previdência Complementar, aprovado pela Resolução CFC nº (1664/2022), e estabelece critérios e procedimentos específicos para estruturação das Demonstrações Contábeis, para registro das operações e variações patrimoniais, bem como para o conteúdo mínimo das notas explicativas a serem adotadas pelas EFPCs.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1 Gestão Previdencial

Representado substancialmente depósitos judiciais/recursais relativos às provisões contingenciais, relacionados a depósitos e bloqueios judiciais do Plano PMB.

3.2 Investimento

Os recursos garantidores do plano previdencial e os recursos administrativos aplicados nos diversos segmentos: títulos públicos, créditos privados e depósitos, ações, fundos de investimentos e empréstimos estão em consonância com a Resolução nº 4.994, de 24/03/2022, do Conselho Monetário Nacional – CMN.

3.2.1 Renda Fixa

Conforme determina, Resolução CNPC nº 43, de 06/08/2021 e Resolução PREVIC nº 23, de 14/08/2023, os títulos de renda fixa são registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos pró-rata dia até a data do balanço e ajustados ao valor provável de



3

realização.

Estão classificados nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem negociados independentemente do prazo a decorrer da data da aquisição até a data de vencimento. Apura-se a avaliação contábil pelo valor de mercado.
- Títulos mantidos até o vencimento - mantidos em carteira até o vencimento, considerando parecer em relatório que atesta a capacidade financeira da Entidade. O critério de avaliação contábil é o da marcação pela curva do rendimento de forma proporcional (pró-rata) até o vencimento.

3.2.2 Renda Variável

Os montantes relativos aos fundos de investimento são representados pelo valor de suas cotas na data do balanço. Todos ativos estão alocados nesses fundos vêm sendo avaliados a valor de mercado, conforme previsto na Resolução CNPC nº 43, de 06/08/2021, Resolução PREVIC nº 23, de 14/08/2023, e na Instrução CVM nº 438, de 12/07/2006.

3.2.3 Empréstimos a Participantes

Registram os empréstimos concedidos aos participantes e assistidos, nos termos das normas regulamentares, e estão demonstrados pelo valor principal, acrescido dos encargos auferidos até a data do balanço.

A Entidade possui um fundo de reserva para quitação dos empréstimos de participantes e assistidos que vierem a falecer, constituído na concessão do empréstimo, pelo qual os participantes e assistidos desembolsam uma taxa única de 3,00% na concessão.

3.3. Ativo Imobilizado e Intangível

Representa os bens necessários ao funcionamento da Fundação e está registrado pelo custo de aquisição. A depreciação do ativo imobilizado é calculada linearmente, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

3.4 Exigível Contingencial

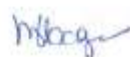
O exigível contingencial é contabilizado pelo montante de perda considerada provável, observada a natureza de cada contingência, e atualizado até a data do balanço.

3.5 Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas do plano de benefícios são determinadas por atuário externo e constituídas para fazer face aos compromissos relativos aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes, assistidos e seus beneficiários.

As provisões relativas a benefícios concedidos são representadas pelo valor presente dos benefícios do plano com os compromissos futuros da Entidade para com os assistidos que já estão em gozo de benefícios de prestação continuada, aposentadorias e pensões.

As provisões relativas a benefícios a conceder representam o valor presente dos benefícios

futuros dos participantes em atividade, líquido das respectivas futuras contribuições.

O cálculo atuarial das provisões matemáticas contabilizadas no Plano de Benefícios tem por base os métodos: regimes financeiros, hipóteses econômicas financeiras e biométricas, nota técnica atuarial, base de dados dos participantes, assistidos e beneficiários e o respectivo regulamento do Plano. O compromisso atuarial dado pelo Exigível Atuarial do Plano PMB, avaliado em 31 de dezembro de 2024, está fixado com base na taxa real de juros técnicos de desconto financeiro de 4,40% ao ano.

3.6 Superávit (déficit) Técnico

Apurado pela diferença entre o Ativo Líquido (Ativo Total menos Exigíveis Operacional, Contingencial e Fundos) e as Provisões Matemáticas. É registrado em Reserva de Contingência conforme critério da Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018, até o limite de 25% em relação às Provisões Matemáticas. O que ultrapassa este limite é registrado em Reserva para Revisão de Plano a cada exercício, conforme determina o artigo 20 da Lei Complementar nº 109, de 29/05/2001.

3.7 Fundos

Registra os Fundos Constituídos, conforme a seguir:

Fundo Previdencial: constituído atuarialmente para atender ao programa previdencial do Plano PMB, conforme regulamento e sua nota técnica atuarial. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os valores alocados estão compatíveis com as características do Plano, conforme avaliação atuarial.

Fundo Administrativo: constituído pela diferença positiva apurada entre as receitas e despesas do programa mais a remuneração dos recursos aplicados pelo Programa de Investimentos. Tem por finalidade garantir os recursos futuros necessários à manutenção da estrutura administrativa da Entidade.

Fundo de Investimentos: fundos que se destinam à quitação de empréstimos em caso de morte dos mutuários participantes e assistidos, conforme mencionado no **item 3.2.3** acima. Sua constituição ocorre a partir de taxas contratuais cobradas dos mutuários, no ato da concessão dos empréstimos.

3.8 Custeio Administrativo

O custeio administrativo engloba as despesas administrativas de todos os programas, utilizando-se para sua cobertura a receita prevista no plano de custeio anual calculada pelo atuário, que é apropriada mensalmente.

Conforme determinação da PREVIC, as despesas de administração são segregadas em despesas de administração previdencial e despesas de administração dos investimentos. Os valores apropriados nos centros de custos vinculados às atividades de previdência e de investimentos foram registrados integralmente como despesas de administração previdencial e despesas de administração dos investimentos, respectivamente.



3.9 Transferência de Recursos

O resultado líquido do fluxo dos investimentos é transferido proporcionalmente à gestão previdencial e gestão administrativa.

3.10 Receitas e Despesas

As receitas e as despesas são reconhecidas e registradas segundo o regime contábil de competência.

4. DISPONÍVEL

	2024			2023		
	PMB	PGA	Consolidado	PMB	PGA	Consolidado
Bancos	6	16	77	65	20	85
Total	6	16	77	65	20	85

5. GESTÃO PREVIDENCIAL

	2024	2023
	PMB	PMB
Depósitos Judiciais (a)	2.085	1.802
Contribuição a Receber	9	-
Déficit Técnico Contratado	5.214	14.603
Total	7.308	16.405

(a) Depósitos judiciais/recursais relativos às provisões contingenciais, relacionados aos depósitos e bloqueios judiciais de demandas do Plano.




6. INVESTIMENTOS

Os investimentos, compostos basicamente de ativos de renda fixa, renda variável e empréstimos a participantes totalizam um montante de R\$ 300.841 em 31 de dezembro de 2024 (R\$289.868 em 31 de dezembro de 2023), conforme demonstrado a seguir:

	2024			2023		
	PMB	PGA	Consolidado	PMB	PGA	Consolidado
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	289.542	4.769	294.311	277.522	4.537	282.059
Ativo Financeiros de Crédito Privado:	-	-	-	-	-	-
Debêntures	410	-	410	366	-	366
Debêntures Prov. p/ perdas	(410)	-	(410)	(366)	-	(366)
Fundos de Investimento:	289.542	4.769	294.311	277.522	4.537	282.059
Renda Fixa (a)	276.914	4.769	281.683	225.703	4.537	260.240
Renda Variável (b)	12.628	-	12.628	21.819	-	21.819
OUTROS INVESTIMENTOS	6.530		6.530	6.569		6.569
Empréstimos a Participantes (c):	6.530	-	6.530	6.569	-	6.569
Empréstimos	6.530	-	6.530	6.552	-	6.552
Parcela em Atraso	-	-	-	17	-	17
Recursos a Receber	-	-	-	1.240	-	1.240
Precatório OFNDS	-	-	-	1.240	-	1.240
Total	296.072	4.769	300.841	285.331	4.537	289.868




7

CAPOF - Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do
Banco do Estado do Maranhão - BEM

(a) Títulos de Renda Fixa

Os títulos de renda fixa são representados por fundo de investimentos em renda fixa e são considerados com prazo indeterminado, sendo avaliados mensalmente ao valor de mercado pelo valor da quota de cada fundo e seus efeitos reconhecidos nas operações do exercício.

Apresentamos no quadro a seguir a abertura do saldo de investimento em quotas de fundos de investimento em renda fixa:

Instituição Financeira	Fundo de Investimento	2024			2023		
		PMB	PGA	Consolidado	PMB	PGA	Consolidado
Banco Bradesco	Azelejos	276.914	-	276.914	255.703	-	255.703
Banco Bradesco	FI DI Federal	-	1.174	1.174	-	1.061	1.061
Banco Bradesco	FI RF Target I	-	3.595	3.595	-	3.476	3.476
Total		276.914	4.769	281.683	255.703	4.537	260.240

O Fundo de Investimento Azelejos fundo exclusivo da CAPOF, detém 100% das quotas desse fundo. Desta forma, apresentamos abaixo o detalhamento da carteira Fundo Azelejos:

Fundo de Investimento Azelejos

Título	Categoria do título adotada pelo fundo investido	Valor de custo	Valor de mercado	Faixas de vencimento	2024	2023
					Valor contábil	Valor contábil
Letras do Tesouro Nacional - LTN-Over	Para negociação (a mercado)	15.424	15.424	2025	15.424	16.221
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	Para negociação (a mercado)	832	1.219	2045	1.219	1.439
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	Mantido até o vencimento (curva)	170.075	260.307	2028 a 2055	260.307	238.086
Tesouraria/Passivo Exigível		-	-36		-36	-43
Patrimônio do Fundo Azelejos		186.331	276.914		276.914	255.703

De acordo com o estudo de ALM elaborado pela Consultoria Financeira ADITUS, a Entidade possui capacidade financeira para manter seus títulos até o vencimento.




8

O Plano PMB mantém 94,00% de seus títulos públicos em carteira na modalidade títulos mantidos até o vencimento, tendo em vista as suas características - em termo de rentabilidade, superior à meta atuarial, (IPCA+4,40% a.a.) adotada no exercício de 2024; com risco reduzido (Títulos Públicos Federais); e prazo de vencimento longo que é compatível com o fluxo de caixa atuarial.

Aquisição de Títulos Públicos NTN-B na Curva

Conforme estudo de Estudo de ALM do exercício 2025 - 2029, para o Plano PMB, elaborado pela Consultoria Financeira ADITUS, e recomendação do Comitê de Investimentos em reunião de 09/12/2024, foi aprovado pelo Conselho Deliberativo, em 11/12/2024, resgate de 50% do segmento Renda Variável e aquisição de Títulos NTN-B na Curva, com vencimentos para 2032 e 2033 pertencentes ao Fundo Exclusivo Azulejos, de acordo com o dispositivo na Resolução nº 43, de 06/08/2021, do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc), conforme demonstrados na tabela abaixo:

TIPO	Data		Tx % AA	Índice	Valor
	Aplicação	Vencimento			
NTN-B	12/12/2024	15/05/2033	6,97%	IPCA	5.207
NTN-B	12/12/2024	15/08/2032	7,06%	IPCA	5.142
TOTAL					10.349

[Assinatura]

[Assinatura]

(b) Títulos de Renda Variável

Os títulos de renda variável são representados por fundo de ações e são considerados com prazo indeterminado.

Apresentamos no quadro a seguir a abertura do saldo de investimento em cotas de fundos de investimento em renda variável:

Instituição Financeira	Fundo de investimento	PMB	
		2024	2023
Banco Bradesco S.A.	Bradesco FIA Dividendos	2.957	6.013
Mellon Serviços Financeiros DTVM	Sharp Ibovespa Ativo FIA	-	5.029
Bradesco BEM DTVM	Ibiuna Equities 30 FIC FIA	2.989	3.324
Bradesco BEM DTVM	Finacap Maurítssatad FIA	<u>6.682</u>	<u>7.453</u>
Total		12.628	21.819

(c) Empréstimos a Participantes

No exercício de 2024 a concessão de empréstimo, foi operacionalizada com os parâmetros a seguir:

Forma	Descrição
Limites	- Até 10 vezes o Salário /Benefício bruto
Encargos	- Taxa pós-fixada, com base na variação do IPCA + juros 0,50% ao mês. - Imposto sobre Operações Financeiras. - Taxa de Administração 1,50%. - Fundo de Quitação por Morte 3,00%.
Prazo	- Entre 12 a 60 meses, conforme faixa etária.
Margem Consignável	- 30% (trinta por cento) do salário ou do complemento do benefício pago pela CAPOF, após deduzidas as seguintes parcelas: • Imposto de Renda. • Contribuição para a Previdência Social. • Contribuição CAPOF. • Pensão Alimentícia, se for o caso.

De acordo com o art. 199 da Resolução PREVIC nº 23, de 14/08/2023, a provisão para perda sobre as contribuições em atraso do plano de benefício, em relação ao previsto no plano de custeio anual, deve ser constituída somente sobre o valor das parcelas vencidas. A Entidade não mantém saldo de provisão para perdas, pois não possui inadimplência na carteira.



7. EXIGÍVEL OPERACIONAL

	2024			2023		
	PMB	PGA	Consolidado	PMB	PGA	Consolidado
<u>Gestão Previdencial</u>						
Benefícios a Pagar	-	-	-	-	-	-
Retenções a Pagar	258	-	258	105	-	105
Outros	-	-	-	-	-	-
Subtotal	258	-	258	105	-	105
<u>Gestão Administrativa</u>						
Contas a Pagar		183	183		178	178
Retenções a Pagar		78	78	-	81	81
Subtotal		261	261	-	259	259
<u>Gestão de Investimentos</u>						
Taxas a Pagar	2	-	2	3	-	3
Subtotal	2	-	2	3	-	3
Total	260	261	521	108	259	367

O exigível operacional representa as obrigações por operações correntes da Entidade de R\$ 521 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 367 em 31 de dezembro 2023).

8. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

A CAPOF, no curso normal de suas operações, está envolvida em processos legais de natureza trabalhista, cível e tributária. A Entidade, baseada na opinião de seu assessor jurídico, constituiu provisão para contingências em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis nesses processos.

Em 31 de dezembro de 2024 o saldo da conta de R\$ 2.274 (R\$ 2.001 em 31 de dezembro 2023), corresponde as provisões apresentadas conforme quadro a seguir:

	2024			2023		
	PMB	PGA	Consolidado	PMB	PGA	Consolidado
<u>Gestão Previdencial</u>						
Processos Cíveis	815	-	815	821	-	821
Processos Trabalhistas	1.088	-	1.088	863	-	863
Subtotal	1.903	-	1.903	1.686	-	1.686
<u>Gestão Administrativa</u>						
Processos Tributários	-	371	371	-	315	315
Subtotal	-	371	371	-	315	315
Total	1.903	371	2.274	1.686	315	2.001



Processos Prováveis

a) Gestão Previdencial

As ações registradas em processos cíveis, trabalhistas e tributárias da ordem de R\$ 1.903 (R\$ 1.686 em 2023) estão lastreadas por depósitos judiciais no total de R\$ 2.085 (R\$1.802 em 2023), produzindo efeito líquido de R\$-182 (R\$ -116 em 2023). As ações contingenciais cíveis em linhas gerais decorrem de cobrança de saldo remanescente sobre as diferenças de correções monetárias no resgate e devolução de cotas individuais, as decorrentes de processos trabalhistas têm como objeto a diferença do valor de resgate (fundo patrocinado) e ações que têm como objeto o cancelamento de inscrições.

b) Gestão Administrativa

Em 31 de dezembro de 2024 o saldo da conta no montante de R\$371 (R\$ 315 em 2023) corresponde ao cálculo do PIS e COFINS. A metodologia utilizada para fins de cálculo do PIS e COFINS segue a Instrução Normativa SRF nº 247, de 21 de novembro de 2002, art. 96, onde a apuração do imposto foi calculada de acordo com suas movimentações contábeis.

Processos Possíveis

Em 31 de dezembro de 2024, não havia "processos possíveis" a serem divulgados, conforme opinião do assessor jurídico da Entidade.

9. PATRIMÔNIO SOCIAL

9.1 Patrimônio de Cobertura do Plano

9.1.1 Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas de 31 de dezembro de 2024, foram constituídas de acordo com os cálculos efetuados pelo atuário externo, em conformidade com os critérios aprovados pela PREVIC, com as mesmas premissas atuariais adotadas em 31 de dezembro de 2022 e a taxa de juros que foi 4,40% para o Plano PMB, estão representadas por:

a) Benefícios Concedidos

Correspondem ao valor atual dos compromissos futuros a serem pagos pela Entidade em relação aos atuais assistidos e pensionistas.

b) Benefícios a Conceder

Correspondem ao valor presente dos benefícios futuros (ainda não concedidos), líquido do valor presente das contribuições futuras dos participantes e da patrocinadora, para os participantes que não adquiriram os direitos de aposentadoria.



Demonstramos a seguir a composição das provisões matemáticas em 31 de dezembro 2024 de R\$ 279.896 (R\$ 283.122 em dezembro de 2023):

	2024	2023
	PMB	PMB
Benefícios Concedidos	261.951	265.462
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	261.951	265.462
Benefícios a Conceder	17.945	17.660
Contribuição Definida	17.945	17.660
Total	279.896	283.122

As Provisões Matemáticas foram classificadas em 2024, em função da exigibilidade atuarial e de compromissos específicos do Plano, de suas características e regras constantes no regulamento e metodologia prevista em sua Nota Técnica Atuarial.

Hipóteses Atuariais

Demonstramos a seguir as hipóteses admitidas nos estudos para comparação no período abrangido:

	2024	2023
	PMB	PMB
Taxa Real Anual de Juros	4,40% a.a.	4,40% a.a.
Projeção de Crescimento Real:		
Salários	Nula	Nula
Benefícios da Entidade	Nula	Nula
Hipótese sobre Rotatividade	Nula	Nula
Fator de Capacidade:		
Salários	98,25%	98,00%
Benefícios da Entidade	98,25%	98,00%
Tábua Geral	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo
Tábua de Entrada em Invalidez	Light Média	Light Média
Tábua de Inválidos	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo
Hipótese sobre Composição de Família:		
Assistidos	Família real	Família real
Ativos	Família média padrão	Família média padrão
Índice dos Planos	Cota	Cota

Equilíbrio Técnico – Superávit

O Superávit/Déficit técnico é constituído pelo excedente patrimonial em relação aos compromissos totais da Entidade. Desse excedente, o valor correspondente a até 25% das provisões, conforme critério estabelecido na Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018, é destinado a reserva de contingência, classificada em subgrupo do superávit técnico e o restante, se houver, deve ser destinado a reservas para ajuste do Plano.

Os valores acumulados demonstrados abaixo, estão dentro do limite da Reserva de Contingência, motivo pelo qual, não houve distribuição de superávit, em 2024 R\$19.603 e 2023(R\$ 15.342)




	<u>2024</u>	<u>2023</u>
	<u>PMB</u>	<u>PMB</u>
Superávit Técnico Acumulado	<u>19.603</u>	<u>15.342</u>
Total	<u>19.603</u>	<u>15.342</u>

Apresentamos abaixo a movimentação das provisões matemáticas, do superávit técnico e dos fundos para o exercício findo em 31 de dezembro 2024:

	<u>Provisões Matemáticas</u>	<u>Superávit Técnico</u>	<u>Fundos</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	286.224	8.083	5.185
Reversão de Provisões	(3.102)	-	-
Superávit Técnico do Exercício	-	7.259	-
Constituição/ Reversão de Fundos	-	-	728
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>283.122</u>	<u>15.342</u>	<u>5.913</u>
Reversão de Provisões	(3.226)	-	-
Superávit Técnico do Exercício	-	4.261	-
Constituição/ Reversão de Fundos	-	-	550
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>279.896</u>	<u>19.603</u>	<u>6.463</u>

9.2 Fundos

a) Fundos Previdenciais

Em 31 de dezembro de 2024 o saldo da conta no valor de R\$48 (R\$48 em 2023) corresponde ao fundo constituído no PMB. O valor é calculado pelo atuário responsável, em conformidade com regulamento e condições estabelecidas em Nota Técnica Atuarial, para o plano de benefício, bem como, observados os dispositivos da legislação vigente, e, têm como finalidade atender ao programa previdencial, de forma a garantir possíveis compromissos do Plano.

Considerando os objetivos, constituições, manutenção e os critérios para constituição dos fundos previdenciais conforme o regulamento do Plano Misto de Benefício - PMB, em 31 de dezembro de 2024 o fundo é composto conforme a seguir:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
	<u>PMB</u>	<u>PMB</u>
Fundo de Desligamento - PMB (i)	48	48
Total	<u>48</u>	<u>48</u>

- (i) O fundo coletivo de desligamento tem a finalidade de suportar eventuais insuficiências oriundas dos pagamentos dos benefícios de pecúlio por morte, quando couber, na forma do artigo 27 do Regulamento do Plano Misto de Benefícios.

b) Fundos Administrativos

O Fundo Administrativo é constituído/revertido, mensalmente com a sobra ou insuficiência da gestão administrativa, após a transferência do custeio administrativo, custeio de investimentos do plano e a rentabilidade do recurso aplicado no plano de benefício e gestão administrativa. O saldo do fundo administrativo é representado no



PMB, de acordo com os critérios estabelecidos no regulamento do PGA – Plano de Gestão Administrativa.

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
	<u>PMB</u>	<u>PMB</u>
Participação do Plano no Fundo	<u>4.684</u>	<u>4.369</u>

c) Fundo de Garantia das Operações com Participantes

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo da conta no valor de R\$1.731 (R\$1.496 em 31 de dezembro de 2023) corresponde ao fundo de garantia dos empréstimos, constituído com a arrecadação do Fundo de Quitação por Morte (FQM), descontados dos participantes e assistidos quando da concessão dos empréstimos. O referido fundo é utilizado para quitação do saldo devedor do empréstimo, em caso de morte do participante ou assistido.

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
	<u>PMB</u>	<u>PMB</u>
FQM	<u>1.731</u>	<u>1.496</u>
Total	<u>1.731</u>	<u>1.496</u>

10. APURAÇÃO DO EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO

Em conformidade com o requerido pela Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018, apresentamos a seguir o ajuste de precificação dos ativos, os quais estão apresentados na Demonstração do Ativo Líquido do Plano.

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
	<u>PMB</u>	<u>PMB</u>
Déficit/Superávit Técnico Acumulado	19.603	15.342
Ajuste de Precificação Positivo	<u>3.751</u>	<u>1.883</u>
Equilíbrio Técnico Ajustado	<u>23.354</u>	<u>17.225</u>

O ajuste de precificação de periodicidade anual, de que trata a Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018, corresponde à diferença entre o valor contábil dos títulos públicos federais mantidos até o vencimento e o valor presente dos referidos títulos, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na avaliação atuarial.

No caso de equacionamento de déficit, o equilíbrio técnico ajustado considerará o ajuste de precificação de títulos previsto quer seja positivo ou negativo.

No caso de destinação de superávit, o equilíbrio técnico ajustado considerará o ajuste de títulos previsto somente se negativo. O Equilíbrio técnico ajustado é considerado para fins de equacionamento do déficit ou revisão do plano para distribuição do superávit.




11. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Entidade podem ser assim consideradas: o patrocinador e seus administradores, compostos pelos membros do Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, cujas atribuições e responsabilidades estão definidas no Estatuto Social da Entidade.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 os valores de R\$284.716 e 38.179 e (R\$ 266.336 e 41.890 em 2023), representam as transações com o Patrocinador Banco Bradesco S.A são as seguintes:

	2024			2023		
	PMB	PGA	Consolidado	PMB	PGA	Consolidado
Ativo						
Disponível	61	16	77	65	19	84
Fundos de Investimentos Renda Fixa	276.914	4.768	281.682	255.703	4.537	260.240
Fundos de Investimentos Renda Variável	2.957	-	2.957	6.012	-	6.012
Total	279.932	4.784	284.716	261.780	4.556	266.336
Resultado dos Investimentos em Renda Fixa	27.707	481	28.188	26.998	535	27.533
Contribuição Patrocinador	9.991		9.991	14.357	-	14.357
Total	37.698	481	38.179	41.355	535	41.890

12. CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Entidade entende como fator preponderante em sua gestão estratégica e tática, seja de curto, médio ou longo prazos, o conhecimento dos riscos aos quais está exposto na condução de seus negócios e persecução de seus objetivos.

Com foco na construção de uma gestão prudente, principalmente no que diz respeito a seus investimentos e passivos atuariais, a Entidade tem direcionado esforços para adotar as melhores práticas de mercado, assim como aquelas preceituadas pelos órgãos reguladores e fiscalizadores.

Durante o exercício, a Entidade desenvolveu e atualizou Políticas, Normas e procedimentos, pois compreende a relevância desses controles que, ao mesmo tempo em que figuram como orientadores de práticas e procedimentos internos, são ferramentas fundamentais para a promoção da continuidade e perenidade de seus negócios.

Tais práticas, associadas à contínua difusão de uma cultura de controle na Entidade, têm contribuído para o fortalecimento da governança e promovido um ambiente de constante monitoramento, o que tem se traduzido em segurança e perenidade para a Entidade.

12.1 Gerenciamento de Riscos

A Entidade está exposta a diversos riscos inerentes à natureza de suas operações relacionadas aos investimentos e seus passivos atuariais. O gerenciamento de tais riscos



está contido nas políticas de investimentos, bem como em seus normativos e procedimentos internos.

a) Risco de Crédito

É a probabilidade de eventuais perdas decorrentes do não cumprimento por parte das instituições financeiras e não financeiras de suas respectivas obrigações nos termos pactuados previamente, a desvalorizações de contrato de crédito decorrente de deterioração na classificação do risco do tomador, a redução de ganhos ou remunerações, as vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Quando realiza investimentos em Títulos e Valores Mobiliários de instituições, a Entidade observa as notas de classificação de risco de crédito atribuídas pelas principais agências de classificação de risco de mercado, fatores relacionados às avaliações técnicas de risco, além das características próprias de mercado.

Para os casos de ativos adquiridos pela gestão dos fundos de investimento exclusivos, a Entidade observa o limite técnico adicional para instituições financeiras, cuja metodologia tem por objetivo definir a forma de cálculo do limite de investimento, de monitoramento da exposição e de controle de concentração dos recursos investidos.

Esta modelagem observa o rating atribuído pelas agências classificadoras de risco, analisada pelo Comitê de Investimentos e aprovada pelo Conselho Deliberativo da Entidade.

b) Risco de Mercado

É a probabilidade de eventuais perdas decorrentes de variações nas taxas e preços de mercado de ativos e passivos.

Em aderência à legislação aplicável à Política de Investimentos e às melhores práticas de mercado, durante o exercício foram realizadas a identificação, a avaliação, o controle e o monitoramento do risco de mercado para investimentos em renda fixa e para renda variável. O risco de descasamento foi avaliado em relação aos parâmetros de referência estabelecidos na política de investimentos.

Também foram utilizados cenários econômicos-base e de estresse para avaliar o comportamento dos ativos em diversas conjunturas econômicas.

c) Risco de Terceirização

A gestão de recursos na Entidade pode ser terceirizada de forma total ou parcial. Quando a Entidade opta por esse tipo de operação, ela delega determinadas responsabilidades a gestores externos sem, porém, se isentar de suas responsabilidades perante os órgãos fiscalizadores.

A Entidade apresenta um processo estruturado para escolha e acompanhamento de seus gestores, em linha com o que estabelece o guia de melhores práticas em investimentos da PREVIC.

d) Risco de Liquidez

É a probabilidade de a Entidade não ter recursos disponíveis para honrar os

cmr

compromissos em determinado momento.

A Entidade monitora o risco de liquidez a partir de cenários de curto, médio e longo prazos, de forma a se buscar a alocação adequada às necessidades de recursos e de performance da Entidade.

O Monitoramento de liquidez de curto prazo observou o percentual mínimo de alocação em ativos de liquidez imediata, como ativos ou fundos de investimento em renda fixa, para fazer frente aos compromissos de curto prazo. Os monitoramentos de liquidez de médio e longo prazo observaram o comportamento dos ativos líquidos (caixa), considerando a aquisição, manutenção ou venda de ativos de médio prazo e de longo prazo.

e) Risco Legal

É a probabilidade de perdas decorrentes do não cumprimento das normas legais de natureza fiscal, trabalhista, regulamento dos programas, processos judiciais, ações legais, entre outros.

A Entidade realizou atividades de monitoramento do cumprimento das obrigações legais apontadas pelos órgãos reguladores, em especial de previdência, para assegurar a conformidade em seus processos.

f) Risco Sistêmico

Refere-se ao risco de colapso de todo sistema financeiro ou mercado, com impacto sobre as taxas de juros, o câmbio e os preços dos ativos em geral.

A Entidade entende que a diversificação é um fator determinante para a mitigação do risco sistêmico. Por esse motivo, a Entidade alocou seus recursos em diversos setores, emissores e gestores externos, assim como analisou diferentes indicadores de desempenho para o investimento, de modo a amenizar os impactos de crise de grande magnitude sobre os ativos dos planos.

Além disso, observou também a diversificação entre os vários setores de atividade econômica, de modo a distribuir o risco entre os setores financeiro e não financeiro, bem como entre os diversos segmentos do setor não financeiro.

g) Risco do Passivo Atuarial

É a probabilidade de perdas decorrentes da inadequação dos níveis de contribuições necessárias à disponibilidade de recursos ao longo do tempo.

No exercício foi mantido o estudo de aderência das hipóteses biométricas, demográficas (mortalidade geral, de inválidos, entrada em invalidez/auxílio-doença e rotatividade) e econômico-financeiras (crescimento salarial, fator de capacidade e convergência de taxa de juros), realizado em 2022, por meio do qual o atuário responsável indica as premissas aderentes e que refletem as características do plano e de sua população.

As avaliações atuariais do plano de benefícios demonstram a situação financeira e atuarial do plano, por meio de suas respectivas provisões matemáticas, calculadas e posicionadas em uma determinada data base. Na avaliação, foram verificados os custos e estabelecidos o plano de custeio, de modo a assegurar a existência de



recursos suficientes para garantir o pagamento dos benefícios contratados.

Também têm sido desenvolvidos, com periodicidade mínima anual, estudos de ALM (Asset Liability Management) para o plano de benefícios administrado, com o objetivo de orientar a elaboração do planejamento financeiro e identificar a melhor alocação dos ativos, considerando risco, liquidez e rentabilidade.

h) Risco Operacional

O risco operacional é caracterizado pela possibilidade de perda decorrente da inadequação na especificação ou na condução de processos, sistemas ou projetos da Entidade, bem como de eventos externos que causem prejuízos nas suas atividades normais ou danos a seus ativos físicos.

A Entidade tem atuado para fortalecer seus processos e internalizar as melhores práticas de mercado em suas rotinas internas.

Nesse sentido, além de realizar o processo de autoavaliação de riscos e controles internos, a Entidade contratou os serviços de uma consultoria externa para validar os resultados alcançados pelo ciclo concluído naquele ano e evidenciar, por meio de metodologia aplicada pela empresa, a efetiva existência de controles declarados pelos gestores durante o ciclo de autoavaliação.

O resultado demonstrou um relevante grau de aderência entre os controles apontados nos questionários e os documentos apresentados pelos gestores, assim como as declarações consignadas durante entrevistas realizadas. Isso demonstra que o esforço da Entidade no sentido de disseminar uma cultura de controle em suas práticas e rotinas tem encontrado o respaldo e a parceria de seu quadro funcional.

As recomendações de melhoria destacadas na elaboração dos documentos ou na execução dos testes, que a cada ciclo têm apresentado redução, foram identificadas e comunicadas às unidades para que estas promovam ações de remediação para o ciclo posterior.

3. IMPOSTO DE RENDA, CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DEMAIS CONTRIBUIÇÕES

A CAPOF, conforme consta em seu Estatuto, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar sem fins lucrativos e, de acordo com sua forma de tributação é isenta do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), conforme determina o § 3º do art. 15 da Lei nº 9.532/1997, alterado pelo art. 10 da Lei nº 9.718/1998 e isento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, de acordo com o art. 5º da Lei nº 10.426/2002, combinados com a Instrução Normativa nº 1.315/2013.

Em relação ao PIS e a COFINS, a apuração é efetuada com base na Lei nº 9.718/1998. A Entidade questiona judicialmente a legalidade de tais contribuições sobre suas atividades, as quais vem sendo provisionadas e depositadas judicialmente, em conformidade com a análise do processo judicial e procedimentos relacionados à provisão de contribuição social PIS e COFINS, conforme Parecer Jurídico de especialista do segmento.



14. EVENTO SUBSEQUENTE

A partir de 24/03/2025, passa a vigorar a **Resolução CNPC Nº 62, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2024** que dispõe sobre o plano de gestão administrativa, os fundos administrativos, o orçamento, as fontes de custeio administrativo e as receitas e despesas da gestão administrativa das entidades fechadas de previdência complementar, e sobre os limites e critérios específicos aplicáveis ao custeio das entidades e planos de benefícios regidos pela Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001.

15. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Administração aprovou a emissão e divulgação dessas demonstrações contábeis em 27 de março de 2025.


Maria de Jesus Castelo Branco Freire
Diretora Superintendente e AETQ
CPF: 175.349.253-04


Andréa Ribeiro Nunes Freitas
Diretora Segundade
CPF: 409.355.073-53


Márcia Andréa da C. Lages T. da Silva
Téc. Contabilidade CRC/MA - 5605-O
CPF: 329.779.803-34

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Diretores, Conselheiros, Participantes e Patrocinadores da

CAPOF – Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do Banco do Estado do Maranhão – BEM
São Luís – MA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da CAPOF – Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do Banco do Estado do Maranhão – BEM ("Entidade" ou "CAPOF"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais do plano de benefício que compreendem as demonstrações das mutações do ativo líquido, do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da CAPOF – Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do Banco do Estado do Maranhão – BEM em 31 de dezembro de 2024 de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intituladas "responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por preparar outras informações e divulgá-las no Relatório Anual de Informações – RAI. Esse relatório é requerido pela Resolução CNPC nº 32 de 04/12/2020 e deverá ser elaborado e divulgado até o dia 30 de abril do exercício subsequente ao que se referir. O relatório deverá conter, entre outros assuntos, informações relevantes que permitam a análise dos resultados dos Planos frente aos objetivos traçados, da saúde financeira, atuarial e patrimonial dos Planos e fatos relevantes. De acordo com os requerimentos da NBC TA 720, os auditores têm como responsabilidade efetuar a leitura do Relatório, quando ele for disponibilizado e, ao fazê-lo, considerar se o mesmo está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório de Informações Anuais – RAI e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

RECIFE

Rua Ondina, 75 – Sala 803 – Pina Recife/PE
CEP: 51.011-180 – Ed. Empresarial Aveloz Multicenter
Fone: (81) 3467.4565
www.phfaudidores.com.br

SÃO PAULO

Avenida Paulista, 1636 – Sala 1504 – Cerqueira César, São Paulo/SP
CEP: 01.310-200

phf@phfaudidores.com.br

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade e ou o plano de benefício continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade e ou seu plano de benefício ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

RECIFE

Rua Ondina, 75 – Sala 803 – Pina Recife/PE
CEP: 51.011-180 – Ed. Empresarial Aveloz Multicenter
Fone: (81) 3467.4565
www.phfauditores.com.br

SÃO PAULO

Avenida Paulista, 1636 – Sala 1504 – Cerqueira César, São Paulo/SP
CEP: 01.310-200

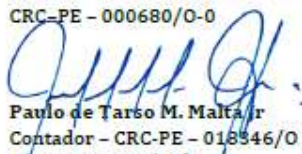
phf@phfauditores.com.br

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos, se aplicável, que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife - PE, 28 de março de 2025.

PHF - AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC-PE - 000680/O-0



Paulo de Tarso M. Malta, Jr.
Contador - CRC-PE - 018346/O - "S" - MA
Sócio Responsável



Eliel Torres da Mota
Contador - CRC-PE - 025592/O - "S" - MA
Responsável Técnico

RECIFE

Rua Ondina, 75 - Sala 803 - Pina Recife/PE
CEP: 51.011-180 - Ed. Empresarial Aveloz Multicenter
Fone: (81) 3467.4565
www.phfauditores.com.br

SÃO PAULO

Avenida Paulista, 1636 - Sala 1504 - Cerqueira César, São Paulo/SP
CEP: 01.310-200
phf@phfauditores.com.br

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Docusign Envelope ID: F1E44D11-D111-4E10-A54F-55B8B74E2462



PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 2024

Em conformidade com o artigo 32, alínea "b" do Estatuto da Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do Banco do Estado do Maranhão (CAPOF), consoante ao que estabelece o inciso X, artigo 17, da Resolução CNPC nº 43, de 06/08/2021 e inciso IX, artigo 362, da Resolução Previc nº 23, de 14/08/2023, este Conselho apreciou as Demonstrações Contábeis do exercício de 2024, que incluem as informações consolidadas: Balanço Patrimonial (BP); Demonstração da Mutações do Patrimônio Social (DMPS) e Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA); e ainda, as informações do Plano Misto de Benefícios - PMB: Demonstração do Ativo Líquido (DAL); Demonstrativo de Mutações do Ativo Líquido (DMAL); Demonstração das Provisões Técnicas (DPT), consubstanciado pelo Parecer Atuarial da CONDE Consultoria Atuarial, responsável técnica pelo Plano de Benefícios da CAPOF, e o Relatório/Parecer da Auditoria Independente, emitido pela PHF Auditores Independentes S/S. Diante das análises efetuadas, este Conselho conclui que as referidas Demonstrações refletem a situação patrimonial, financeira e atuarial da CAPOF, do seu Plano de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa, recomendando ao Conselho Deliberativo a sua aprovação.

São Luís (MA), 27 de março de 2025

Conselho Fiscal da CAPOF:

Assinado por:
José de Ribamar Martins Junior
AC000E305A1499
JOSÉ DE RIBAMAR MARTINS JUNIOR
Presidente do Conselho Fiscal

DocuSigned by:
Augusto Cesar de Moraes Salgado
F01688E8EAD18A42
AUGUSTO CEZAR DE MORAES SALGADO
Membro do Conselho Fiscal

DocuSigned by:
Maria de Nazaré Ribeiro Campos
E45898C1E07F448
MARIA DE NAZARÉ RIBEIRO CAMPOS
Membro do Conselho Fiscal

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

DocuSign Envelope ID: 4D58B73E-A292-4FCA-9461-EB609DBEB1FC

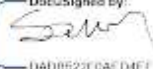


MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 2024

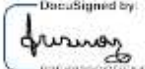
Em conformidade com o Art. 22, alínea "f", do Estatuto da Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do Banco do Estado do Maranhão (CAPOF), consoante ao que estabelece o inciso XI, artigo 17, da Resolução CNPC nº 43, de 06/08/2021 e inciso X, artigo 362, da Resolução Previc nº 23, de 14/08/2023, este Conselho apreciou as Demonstrações Contábeis do exercício de 2024, que incluem as informações consolidadas: Balanço Patrimonial (BP); Demonstração da Mutações do Patrimônio Social (DMPS) e Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA); e ainda, as informações do Plano Misto de Benefícios - PMB: Demonstração do Ativo Líquido (DAL); Demonstrativo de Mutações do Ativo Líquido (DMAL); Demonstração das Provisões Técnicas (DPT), consubstanciado pelo Parecer Atuarial da CONDE Consultoria Atuarial, responsável técnica pelo Plano de Benefícios da CAPOF; pelo Relatório/Parecer da Auditoria Independente, emitido pela PHF Auditores Independentes S/S.; e no Parecer do Conselho Fiscal da Entidade. Diante das análises efetuadas, este Conselho resolve aprovar as Demonstrações Contábeis, encerradas em 31 de dezembro de 2024.

São Luís (MA), 28 de março de 2025

Conselho Deliberativo da CAPOF:

DocuSigned by:

(341)05271 GAE D4E F

SANDRA MARIA NERY ARAÚJO
Presidente do Conselho Deliberativo

DocuSigned by:

(301) 6850000 MHD

IRISMAR DO SOCORRO DO ESPÍRITO SANTO SILVA
Membro do Conselho Deliberativo

Assinado por:

(305) 04201173443

MARIA OZETE MATIAS DE SOUSA FILHA
Membro do Conselho Deliberativo

PARECER ATUARIAL DO PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS



CONSULTORIA ATUARIAL

Av. Imperatriz Leopoldina, 957 - São Paulo - SP
Te. 55 11 3834.4933 - ccaconde@ccaconde.com.br
www.ccaconde.com.br

PARECER ATUARIAL

Exercício de 2024

**CAPOF - Caixa de Assistência e
Aposentadoria dos Funcionários do
Banco do Estado do Maranhão**

Plano Misto de Benefícios - PMB

Fevereiro de 2025

2

Conde Consultoria Atuarial Ltda.
Av. Imperatriz Leopoldina, 957, Vila Leopoldina – São Paulo/SP
Fone: 55 – 11 - 3834.4933
ccaconde@ccaconde.com.br
www.ccaconde.com.br

PARECER ATUARIAL

Avaliamos atuarialmente, o **PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS – PMB** da **CAPOF – CAIXA DE ASSISTÊNCIA E APOSENTADORIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO ESTADO DO MARANHÃO**, que foi instituído 01 de novembro de 1999 e atualmente é patrocinado pelo Banco Bradesco e pela **CAPOF – Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do Banco do Estado do Maranhão**, tendo por base os dispositivos legais, bases cadastrais dos Participantes e Assistidos e as bases técnicas adotadas pela **CONDE CONSULTORIA ATUARIAL**.

Neste trabalho interpretamos os dispositivos regulamentares e identificamos as particularidades de cada Participante, extraídas da base de dados cadastrais e de informações fornecidas pela **CAPOF**. Desta forma, colocamos cada Participante à exposição do Plano de Benefícios, no sentido de identificarmos o seu respectivo Custo Atuarial, bem como suas Reservas Matemáticas.

Os resultados envolvem projeções futuras baseadas em hipóteses e parâmetros de cálculo, tais como política de crescimento salarial, rotatividade, juros, inflação, mortalidade, dentre outros que julgamos mais adequados para identificar os Custos e as Reservas Matemáticas do Plano de Benefícios, portanto, os resultados devem ser sempre analisados com o prévio conhecimento das hipóteses e parâmetros.

Nesta avaliação foram utilizados critérios atuariais internacionalmente aceitos, sendo que todos os elementos citados no parágrafo anterior, bem como o método atuarial adotado, constam na Avaliação Atuarial processada pela **CONDE CONSULTORIA**, da qual o presente "Parecer Atuarial" é parte integrante, e as principais conclusões deste parecer podem ser assim resumidas.

Ressaltamos que o **PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS - PMB** da **CAPOF** é um plano de Contribuição Variável, sendo que na fase de atividade tem características de Contribuição Definida, e na fase de inatividade de Benefício Definido, ou seja, na concessão da suplementação o saldo de conta do Participante é transformado em um Benefício Vitalício, considerando sua Composição Familiar, as Hipóteses Biométricas e Financeiras no momento da concessão.

No exercício de 2022, foi realizado o Estudo de Aderência das Bases Técnicas utilizadas para avaliar o **PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS - PMB** da **CAPOF** e estão aderentes e adequadas para este exercício.

O custo e o custeio do **PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS – PMB** encontram-se equilibrados. O custo previdencial foi calculado pela **CONDE CONSULTORIA**, e o custo das despesas administrativas foi informado pela **CAPOF** através do PGA.

O Patrimônio Líquido do Plano de Benefícios, em dezembro de 2024, no valor de R\$299.499.630, faz frente às Reservas Matemáticas de R\$279.896.138, apresentando um superávit de R\$19.603.492, representando 7% das Reservas Matemáticas. Desta forma, o valor de R\$19.603.492 está dentro do limite da Reserva de Contingência do Plano, motivo pelo qual não existe distribuição de superávit.

Com base em tais fatos, podemos concluir que o **PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS – PMB** da **CAPOF** encontra-se em Situação Financeiro-Atuarial superavitária.

Vale salientar que na Avaliação Atuarial de um Plano de Benefícios utiliza-se dos cálculos de probabilidades combinados com a matemática financeira, e tendo em vista que estimamos despesas com os encargos de aposentadorias e pensões, dentro de períodos futuros é comum trabalharmos com hipóteses e premissas atuariais.

Assim, os resultados da Avaliação Atuarial são extremamente sensíveis às variações dessas hipóteses e premissas utilizadas nos cálculos e modificações futuras nas experiências observadas como: crescimento salarial, rotatividade, capacidade de benefícios e salarial, mortalidade e invalidez poderão implicar em variações substanciais nos resultados atuariais.

A seguir, as principais informações sobre a Avaliação Atuarial:

➤ **Características do Plano**

O **PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS - PMB**, administrado pela **CAPOF**, CNPB nº 1999.0041-83, está estruturado na modalidade Contribuição Variável, de acordo com a Resolução CNPC nº 41, de 09 de junho de 2021.

➤ **Alteração Regulamentar**

No ano de 2024, não existiram alterações regulamentares no **Plano Misto de Benefícios – PMB**.

➤ Cadastro

O cadastro utilizado nesta Avaliação corresponde ao mês de dezembro/2024, contempla todos os Participantes e Assistidos do Plano, tendo sido previamente submetido a processo de consistência, o qual foi considerado válido para os cálculos atuariais.

Base de dados: dezembro/2024

Valores R\$ 1,00

Descrição	Ativos (*)	Assistidos			Total de Participantes
		Aposentados	Pensionistas (**)	Total	
Quantidade de Participantes	36	249	115	364	400
Folha Salarial / Benefício (mensal)	304.126	1.483.426	458.279	1.941.705	2.245.831
Salário Médio / Benefício Médio (mensal)	8.689	5.958	3.985	5.334	5.615
Idade Média	57	75	72	74	73
Tempo Médio de Admissão (anos)	34	-	-	-	-
Tempo Médio para Aposent. (anos)	1	-	-	-	-
Tempo Médio de Plano (anos)	23	-	-	-	-

(*) Consideradas todas as classificações de Ativos da base de dados.

(**) Considerados apenas os Beneficiários Principais de cada Suplementação da Pensão.

➤ Recomposição Salarial e de Benefícios

Considerando que o reajuste relativo ao dissídio salarial para os participantes ativos da Patrocinadora **BRADESCO** tem como base setembro/2024, e os resultados desta avaliação encontram-se posicionados em 31/12/2024, os salários, para efeito desta avaliação, foram recompostos, logo tiveram um acréscimo de 1,91% referente à variação acumulada do INPC-IBGE de setembro/2024 a dezembro/2024.

Para o dissídio salarial dos participantes ativos da Patrocinadora **CAPOF**, que tem como base janeiro/2024, utilizamos a variação acumulada do INPC-IBGE de janeiro/2024 a dezembro/2024, logo, obteve um acréscimo de 4,77%.

Aos Assistidos, o reajuste do benefício anual é resultante da Variação Patrimonial (Cota), desta forma, para esta Avaliação, os benefícios foram recompostos tendo em vista a variação da cota proporcional ao período de início de janeiro/2024 ao final de dezembro/2024 no valor de 8,156% (valor este para os reajustes dos benefícios com cota crescente). Para os benefícios decrescentes foram descontados os juros proporcionais da avaliação atuarial em vigor no período da concessão, conforme a seguir:

- = 2,53% (descontada a taxa real de juros de 6,00% a.a.)
- = 3,43% (descontada a taxa real de juros de 5,00% a.a.)
- = 3,52% (descontada a taxa real de juros de 4,90% a.a.)
- = 3,78% (descontada a taxa real de juros de 4,61% a.a.)
- = 3,97% (descontada a taxa real de juros de 4,40% a.a.)

Cabe esclarecer que os procedimentos descritos no parágrafo anterior objetivam posicionar os salários e os benefícios no pico, extraindo desses todo e qualquer efeito da inflação e a cota do plano.

➤ Saldo de Contas

Ressaltamos que a apuração do valor das cotas, os saldos de contas e demais Fundos estão posicionados em 31/12/2024, e são de responsabilidade da **CAPOF**, sendo que a **CONDE CONSULTORIA** as obtém por meio da base de dados cadastrais ou informações contábeis.

➤ Hipóteses Atuariais

As premissas atuariais utilizadas na Avaliação Actuarial são as seguintes:

Tábuas Biométricas

Tábuas Biométricas	dez/24	dez/23
Tábua Geral	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo
Tábua Geral Anuidade de Pensão	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo
Tábua - Risco Morte / Capitalização	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo
Entrada em Invalidez	Light Média	Light Média
Tábua de Inválidos	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo
Tábua de Ativos	Combinação de tábuas mencionadas com adoção do Método Hamza.	Combinação de tábuas mencionadas com adoção do Método Hamza.

Variáveis Econômicas

Variáveis Econômicas	dez/24	dez/23
Taxa de Juros	4,40% a.a.	4,40% a.a.
Taxa de Rotatividade	Nula	Nula
Taxa de Crescimento Salarial	Nula	Nula
Taxa de Crescimento de Benefícios	Nula	Nula
Capacidade Salarial	98,25%	98,00%
Capacidade de Benefícios	98,25%	98,00%
Índice do Plano	Cota	Cota

Tábua de Anuidade em Pensão

Tábua de Anuidade de Pensão	dez/24	dez/23
Ativos	De acordo com a experiência Conde foi elaborada a família média padrão, que serviu de base para o cálculo da Tábua das Anuidades de Pensão.	De acordo com a experiência Conde foi elaborada a família média padrão, que serviu de base para o cálculo da Tábua das Anuidades de Pensão.
Assistidos	Família Real.	Família Real.

Método de Avaliação

Regime Financeiro	dez/24	dez/23
Regime	Capitalização	Capitalização
Método de Financiamento	Idade de Entrada	Idade de Entrada

Para a Aposentadoria, o regime adotado foi o de Capitalização por Cota. Para as Aposentadorias por Invalidez, Pensão e o Pecúlio por Morte, foi adotado o regime de Capitalização pelo método de financiamento Idade de Entrada. E o regime de Repartição Simples para o Auxílio-Doença e para as Despesas Administrativas.

➤ Estudo de Aderência

A **CONDE**, a partir de dados fornecidos pela **CAPOF**, elaborou Estudos de Aderência de Variáveis Econômicas e de Hipóteses Biométricas no exercício de 2022, com o objetivo de indicar as hipóteses que melhor expressam as tendências futuras do plano, de acordo com os cenários existentes na data do estudo atuarial, e mantém acompanhamentos constantes para qualquer variação.

Observados os resultados a **CONDE** recomendou a manutenção das tábuas biométricas e variáveis econômicas adotadas nesta Avaliação, com exceção da taxa de juros, conforme descrito no próximo item, ressaltando que os estudos de aderência têm validade de três anos observada a legislação aplicável.

➤ Taxa de juros

Todo sistema estruturado no regime de capitalização parte do pressuposto de acumulação de capitais. Como hipótese, considera-se que esses capitais serão aplicados no mercado financeiro e terão um retorno financeiro, este expresso por uma rentabilidade real, ou seja, acima da inflação.

Esse retorno está traduzido em uma taxa de juros e nesta Avaliação adotamos a taxa de juros real de 4,40%. Nosso pronunciamento se justifica ao observar o cenário econômico Nacional que delineia das novas políticas econômicas adotadas pelo Governo Federal, assim, que por sua vez está baseada em estudos desenvolvidos por essa Entidade e por seus consultores financeiros, já apreciados pela diretoria da **CAPOF** e os Atuários os Plano, conforme a duração do Plano e o limite superior e inferior da taxa de juros parâmetro aprovado pela Previc.

Informamos que esta taxa de juros foi baseada em estudos desenvolvidos por consultoria de investimento externa, contratada pela **CAPOF**, motivo pelo qual não foram processados os respectivos estudos de aderência pela **CONDE**.

➤ **Rentabilidade do Plano**

A rentabilidade do **PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS - PMB**, calculada pela cota, atingiu no exercício de 2024 o percentual de 9,42% que, comparado com o IPCA/IBGE, acumulado no período de 4,83%, acrescido do juro atuarial anual de 4,40%, resultou na taxa de 0,02% abaixo da meta atuarial.

A rentabilidade calculada pela **CONDE** está voltada para a aderência da premissa da taxa de juros utilizada nos cálculos atuariais, motivo pelo qual a denominamos de Rentabilidade Patrimonial do Plano de Benefícios, sendo que, nesse exercício de 2024, ela não atingiu a meta atuarial.

➤ **Patrimônio de Cobertura do Plano**

O cálculo do Patrimônio de Cobertura do **PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS - PMB**, considerando os balancetes contábeis de dezembro:

Valores em R\$ 1,00		
Composição do Patrimônio (*)	dez/24	dez/23
Ativo Total	308.126.092	306.170.442
Exigível Operacional	(260.077)	(107.676)
Exigível Contingencial	(1.903.204)	(1.685.645)
Fundo Previdencial	(47.683)	(47.683)
Fundos Administrativos	(4.684.393)	(4.368.795)
Fundo de Operações com Participantes	(1.731.106)	(1.496.052)
Patrimônio de Cobertura	299.499.630	298.464.592

(*) Informações coletadas do Balancete.

➤ Dívidas Contratadas

Não existe registro de dívida contratada no balanço do **PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS - PMB**, contudo, existe um Instrumento de Confissão e Consolidação de Dívida, assinado em 31/03/2016, e o Primeiro Aditivo a esse instrumento, assinado em 09/03/2017. Em junho/2025 será repassada a última parcela, a de nº 108, do referido Instrumento de Dívida.

➤ Passivo Judicial versus Ativo do Plano

Existem registros de Passivo Judicial no Exigível Contingencial do balanço do **PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS - PMB** no valor de R\$1.903.204 contra Depósitos Judiciais Recursais no Ativo do Plano no valor de R\$ 2.085.061.

➤ Resultados dos Custos e das Reservas Matemáticas

Os resultados apresentados nesta avaliação expressam um custo normal de 14,00% sobre o total de Salários de Participação dos Participantes inscritos no Plano Misto de Benefícios e o Custo Total é somado ao Custo das Extraordinárias que sofre variações tendo em vista a forma de financiamento.

Apresentamos a seguir, resumidamente, os resultados da Avaliação:

Custo Atuarial Nivelado (%)

Benefícios (*)	dez/24	dez/23
	% Custo	% Custo
Patrocinadoras / Participantes		
Aposentadorias	7,09	9,26
Aposentadorias por Invalidez	0,12	0,12
Pensão por Morte	0,01	0,04
Pecúlio por Morte	2,84	0,68
Auxílio Doença ⁽¹⁾	0,44	0,40
Despesas Administrativas - I (**)	3,50	3,50
Custo Normal (Patroc / Part.)	14,00	14,00
Custo Total	14,00	14,00
Assistidos		
Previdencial	9,00	9,00
Despesas Administrativas - II (**)	5,00	5,00
Custo Normal	14,00	14,00
Despesas Administrativas - III (**)	0,26	-
Despesas Administrativas - IV (**)	38,14	-
Patrocinadora		
Saldo Devedor Extra. em R\$ 1,00 ⁽²⁾	R\$ 5.213.880	R\$14.603.040

(*) Custos atuariais em % sobre o total dos Salários de Participação.

(**) Custo Administrativo I é representado pela Folha dos Salários de Participação, Custo Administrativo II é representado pela folha de Benefícios dos Assistidos, o Custo Administrativo III é realizado pela Taxa de Administração sobre os Investimentos e o Custo Administrativo IV representado por outras fontes de recursos. Perfazendo assim, a despesa Previdencial de R\$3.338.299, conforme PGA da Entidade.

(1) Custo apurado pela aplicação da Teoria Coletiva do Risco, tendo por base o histórico de pagamentos do benefício

(2) Valor do Saldo Devedor coletado do balancete de dezembro/2024.

O valor para as Despesas Administrativas, considerado nesta Avaliação, foi informado pela **CAPOF**. O valor orçado é de R\$ 3.338.299, referente às despesas previdenciais.

Eventual diferença deverá ser compensada por outras fontes de receita, entre elas, parte da taxa de administração sob os investimentos para garantir o equilíbrio administrativo ao longo do exercício e eventual reversão/constituição do Fundo Administrativo, se for o caso.

As Reservas Matemáticas totalizaram R\$ 279.896.138, conforme quadro a seguir:

Discriminação	Valores em R\$ 1,00	
	dez/24	dez/23
Benefícios Concedidos	261.950.548	265.462.442
Benefícios a Conceder	17.945.590	17.659.950
Benefícios do Plano com a Geração Atual	18.034.984	17.715.318
Outras Contribuições da Geração Atual	(89.394)	(55.368)
Total de Reservas Matemáticas	279.896.138	283.122.392

➤ Proposta do Plano Anual de Custeio

Compete ao Conselho Deliberativo da **CAPOF**, com anuência das Patrocinadoras, a aprovação do Plano de Custeio deste Plano Misto de Benefícios, por recomendação da Diretoria Executiva, embasada em parecer atuarial emitido pelo Atuário responsável por este Plano, a seguir:

Contribuição (*)	Proposta do Plano de Custeio - 2025				
	Partic.	Patroc.	Total	BPD	Assistidos
Contribuição Normal em %					
Aposentadoria(**)	3,55	3,55	7,09	-	9,00
Aposentadorias por Invalidez	0,06	0,06	0,12	0,12	-
Pensão por Morte	0,01	0,01	0,01	0,01	-
Pecúlio por Morte	1,42	1,42	2,84	2,84	-
Auxílio Doença (1)	0,22	0,22	0,44	-	-
Taxa de Carregamento	1,75	1,75	3,50	3,50	5,00
Subtotal em %	7,00	7,00	14,00	6,47	14,00
Total das Contribuições em % - Mensal (exceto Extra. Da Patroc.)	7,00	7,00	14,00	6,47	14,00
Contribuição Extraordinária					
Total das Contribuições Extra. da Patroc. em R\$ - Valor Mensal (1)	-	881.169	881.169	-	-
Taxa de Administração sobre os Investimentos			0,26		
Outras Fontes de Recursos	Incluso o valor mensal fixo custeado pela Patrocinadora				

(*) % Sobre o Salário de Participação

(**) Média de Contribuição sobre o Salário Total

(1) Respeitando o Contrato de Consolidação e Confissão de Dívida, informado pela CAPOF.

Despesas Administrativas:

Conforme informado pela **CAPOF**, as Despesas Administrativas foram orçadas em R\$ 3.338.299 e serão custeadas por meio da taxa de carregamento de 25%, aplicada sobre o total das contribuições normais do Plano Misto de Benefícios, correspondente a 3,5% dos Salários de Participação. Para os benefícios, o custeio será de 5% sobre os Benefícios do Plano, acrescido de outras fontes de recursos.

Dessa forma, o valor será pago pelos participantes e assistidos, de um lado, e patrocinadores, de outro. A divisão para os participantes e assistidos ocorrerá em 12 parcelas mensais, incluindo a incidência sobre o 13º salário. Excepcionalmente em 2025, a Patrocinadora pagará 6 parcelas mensais e uma parcela incidente sobre o 13º salário, conforme a seguir:

- a patrocinadora contribuirá com 1,75% sobre o Salário de Participação, além do valor extraordinário de uma parcela mensal de R\$ 111.895 mil excepcionalmente a partir de Julho/2025 e até Dezembro, incluindo o 13º salário, no total de R\$ 783.265 mil; e,
- os participantes ativos contribuirão com 1,75% sobre o salário de participação mensal e os assistidos contribuirão com 5% sobre o benefício mensal recebido, totalizando o valor médio mensal de R\$ 111.895 mil.

No Plano de Gestão Administrativa, informado pela **CAPOF**, além da taxa de carregamento, foram definidas outras fontes de custeio administrativo e que podem ser revistadas, são elas:

- 10% de repasse da patrocinadora sobre a contribuição extraordinária até junho/2025;
- 1,50% sobre a Taxa de administração de empréstimos;
- Taxa de administração equivalente a 70% sobre as receitas líquidas dos investimentos;
- 30% de Reversão de parte do fundo administrativo, se for o caso.

Ressaltamos que o fundo administrativo poderá absorver as sobras ou as insuficiências das despesas orçadas, mantendo-a equilibrada.

➤ Situação Financeiro-Atuarial

O Patrimônio de Cobertura do **PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS - PMB**, no valor total de R\$299.499.630, cobre as Reservas Matemáticas de R\$279.896.138, gerando um superávit de R\$19.603.492, representando 7% das Reservas Matemáticas posicionadas em dezembro/2024.

Valores em R\$ 1,00

Situação do Plano	dez/24	dez/23
a) Patrimônio de Cobertura	299.499.630	298.464.592
b) Reservas Matemáticas	(279.896.138)	(283.122.392)
a-b = Superávit	19.603.492	15.342.200

Este Plano há oito anos seguidos vem apresentando superávits, contudo, o valor apresentado está dentro do limite das Reservas de Contingência, motivo pelo qual não houve distribuição de superávit.

➤ Distribuição do Superávit

De acordo com a legislação o resultado superavitário deve ser destinado à constituição de reserva de contingência, até o limite de 25% das Reservas Matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor:

(A) Reservas Matemáticas atribuíveis aos benefícios definidos, deduzidas das Reservas Matemáticas a Constituir.

(B) Limite da Reserva de Contingência = $[10\% + (1\% \times \text{Duração do Passivo do Plano})] \times \text{Reservas Matemáticas}$

Valores em R\$ 1,00

Análise do Superávit e o Limite da Reserva de Contingência				
25% das Reservas (A)	Fórmula (B)	LRC = MINIMO (A;B)	Superávit Atual	
R\$ 65.535.220	R\$ 45.769.797	R\$ 45.769.797	R\$ 19.603.492	

LRC: Limite da Reserva de Contingência.

Ajuste de Precificação Positivo não aplicável.

Observação: Foi utilizada a duração do passivo apurada em 31/12/2023 de 7,46 anos

Desta forma, o valor de R\$19.603.492 apresentado, está dentro do limite da Reserva de Contingência do Plano, motivo pelo qual não existe obrigatoriedade pela destinação do superávit.

➤ Duração do Passivo do Plano

A duração do passivo do Plano é calculada conforme a legislação e representa a média dos prazos dos fluxos anuais de pagamentos de benefícios líquidos, ponderados pelo valor presente desses. A duração verificada em dezembro de 2024, conforme Sistema Venturo, para o Plano de Benefícios **PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS - PMB** da **CAPOF**, é de 7,2905 anos.

➤ Ajuste de Precificação de Ativos

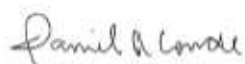
Em consonância com a legislação, reproduzimos a seguir o Ajuste de Precificação de Ativos que corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados ao índice de preços, classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento elaborado pela Contabilidade da **CAPOF**:

Valor Contábil x Valor Ajustado		Valores em R\$1,00
CONTÁBIL	AJUSTADO	AJUSTE
37.857.856	41.608.916	3.751.060

O quadro anterior refere-se a diferença entre a taxa de juros dos títulos e a taxa de juros atuariais, contudo, em nosso ponto de vista, esse ajuste deveria ser reconhecido formalmente por meio de lançamentos contábeis.

São Paulo, fevereiro de 2025.

Conde Consultoria Atuarial Ltda.



Daniel R. Conde
Atuário MIBA 2126



Patrícia Cota
Atuária MIBA 1789



Júlia Bicalho
Atuária